ATA N.º 8/2017

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE, REALIZADA NO DIA 7 DE SETEMBRO DE 2017:

Aos sete dias do mês de setembro do ano dois mil e dezassete, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Américo de Araújo Gonçalves (PS) e Paulo Jorge Leal Rodrigues (PSD), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores António Manuel Prioste Salvador (PSD), Silvino Doirado Conceição João (PS), Henrique Bertino Batista Antunes (CDU) e Maria Fernanda Caetano Leal Correia (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel e de Peniche e Secretária da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, e dos senhores Rogério Manuel Dias Cação (CDU), Ademar Vala Marques (PSD), Ana Cristina Maia da Costa (CDU), João Manuel de Jesus Gomes (PS), Anabela Correia Dias (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), José António Leitão da Silva (PSD), Vítor Manuel Farricha Mamede (PS), Arminda da Glória Félix Martins Braz (CDU), Álvaro André Paiva Amador (CDU), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira (CDU), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), Alina Maria Avelino da Fonseca e Sousa Marcelino (CDU), António Pedro de Brito Pessoa Domingos (CDU) e Marcelino Lourenço Pereira (PSD), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação de atas de sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Plano Urbanização do Vale do Grou;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a terceira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2017;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio à Freguesia de Atouguia da Baleia, para aquisição de uma retroescavadora;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Atouguia da Baleia, para pagamento dos encargos com a manutenção do jardim público do Casal Moinho, no primeiro semestre de 2013, e para comparticipação nas despesas com a aquisição de gasóleo, no ano de 2015;

6) Apreciação da informação a prestar ao Tribunal de Contas sobre o relatório do resultado da verificação interna efetuada à conta de gerência do Município e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, relativa ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2010;

7) Apreciação da suspensão do Plano de Ajustamento Financeiro do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL);

8) Apreciação e votação do pedido da Câmara Municipal de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais – Contrato de Gestão de Eficiência Energética;

9) Apreciação da informação sobre os Contratos Interadministrativos e de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia;

10) Apreciação da informação sobre a implementação do Regulamento Municipal para Licenciamento das Atividades de Campismo Ocasional e Caravanismo no Município de Peniche;

11) Apreciação da informação sobre a implementação do Regulamento da Venda Ambulante do Município de Peniche;

12) Ponto de situação sobre a recuperação da Fortaleza de Peniche e os seus usos futuros.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pela senhora Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, encontrando-se na sala vinte e dois dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Compareceram no decurso da sessão, quando decorria o período de apreciação de outros assuntos de interesse para o Município, e passaram de imediato a participar nos trabalhos as senhoras Ana Cristina Maia da Costa (CDU) e Natália Susana Colaço Rocha (PS).

A senhora Maria Fernanda Caetano Leal Correia (CDU) encontrava-se a substituir o senhor presidente da Junta da Freguesia da Serra d'El-Rei, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os senhores Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira (CDU), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), Alina Maria Avelino da Fonseca e Sousa Marcelino (CDU), António Pedro de Brito Pessoa Domingos (CDU) e Marcelino Lourenço Pereira (PSD) encontravam-se a substituir os senhores Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), José António Bombas Amador (CDU), Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), Carlos Nicandro Bastos Jesus (CDU) e Paulo Jorge Amaro Balau (PSD), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores Licínio Pereira (CDU), Inês Fitas Cação (CDU) e Laura Maria Gomes Silvério Ganhão (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Não compareceu à sessão a senhora Célia Sousa Martins (PSD), tendo a Mesa informado que havia considerado a falta justificada, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 29.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor António José Ferreira Sousa Correia Santos (CDU), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º

169/99, de 18 de setembro, o Vice-Presidente da Câmara, senhor Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), e os Vereadores, senhores Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD) e Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD).

A sessão foi secretariada pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pelo Assistente Técnico Pedro Gomes Ferreira.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foram presentes as atas n.os 4/2017 e 5/2017, das sessões extraordinárias realizadas nos dias 5 e 15 de maio de 2017, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos terem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Postas à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetidas à votação, uma após outra, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 4/2017 – Aprovada, por unanimidade, com quinze votos a favor.

Ata n.º 5/2017 – Aprovada, por unanimidade, com dezassete votos a favor.

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes nas reuniões a que elas respeitavam, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

A senhora Presidente da Mesa deu conhecimento de que o expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal se encontrava disponível para consulta, na plataforma digital destinada aos documentos referentes às sessões da Assembleia Municipal, dispensando-se, por isso, a sua leitura.

Não se registou qualquer intervenção.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Américo Gonçalves (PS):

Apresentou o voto que a seguir se transcreve:

«*Voto de Louvor*

É reconhecido por todos, e muito particularmente pelos deputados municipais, o profissionalismo e dedicação de todos os funcionários municipais que colaboraram nas atividades e sessões da Assembleia Municipal de Peniche durante o mandato de 2013-2017.

Importa destacar a realização de um extraordinário trabalho de apoio, deixando evidente o seu papel fundamental no desenvolvimento do trabalho autárquico, emprenhando-se em todas as vertentes que criaram condições para a Assembleia Municipal desenvolver as suas atividades regulamentares e comunicar com a comunidade de forma diversificada.

Pela dedicação, rigor, competência e sentido de responsabilidade demonstrados no exercício das suas funções ao longo do presente mandato e, ainda, pelo serviços prestados, que devem ser considerados de muito mérito, e por se entender que devem ser relevadas as suas qualidades humanas e a sua competência, a Assembleia Municipal de Peniche, nas pessoas da Dr.ª Josselène Nunes, de Pedro Gomes Ferreira, de Luís Veríssimo, de Paulo Carvalho, de Nuno Louzeiro, de Duarte Jorge e de Ricardo Fernandes, mas extensível a todos os colaboradores do Município, agradece e dá público testemunho do presente louvor.

Peniche, 7 de setembro de 2017.»

Rogério Cação (CDU):

Disse que a bancada da Coligação Democrática Unitária subscrevia os fundamentos e o próprio voto de louvor, porque fazia todo o sentido registar a colaboração e profissionalismo dos trabalhadores que estavam referidos no voto e outros que também tinham colaborado e que não estavam nomeados no apoio aos trabalhos da Assembleia Municipal.

Ademar Marques (PSD):

Disse que a bancada do Partido Social Democrata se associava ao voto de louvor, por ser inteiramente merecido e extensível a todos os trabalhadores que preparavam a documentação que era remetida aos membros da Assembleia Municipal, e saudava a iniciativa da Mesa.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que ficava registada a unanimidade da Assembleia Municipal e que o voto era extensível a todos os colaboradores do Município.

Álvaro Amador (CDU):

Apresentou, verbalmente, os votos que a seguir se reproduzem:

«*Ao Município, parabéns pela 38.ª Corrida das Fogueiras, que se realizou, pela Mostra Internacional de Renda de Bilros, em particular, e acho que devemos reconhecer, ao senhor Vice-Presidente, uma saudação especial pelo facto de ter sido nomeado Embaixador das Rendas de Bilros por um Município Estrangeiro. Além das delegações internacionais que participaram, além de todo o público que esteve, nacional e estrangeiro, mas parece-me bem saudar. Depois, pela realização do 3.º Festival Músicas de Cá, que promove a música dos nossos artistas. Também relacionado com os nossos artistas, o 7.º Festival de Folclore do Concelho de Peniche.*»

«*Uma saudação às comissões de festas e aos que participaram e apoiaram as festas, um*

pouco por todo o concelho, nomeadamente, a Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Peniche, a Festa de Nossa Senhora da Guia, em Ferrel, a Festa de Nossa Senhora da Assunção, em Atouguia da Baleia, a Festa do Lugar da Estrada, entre as demais que se realizaram.»

«*Saudar a grande iniciativa que foi a corrida e a caminhada da Praia Norte, que foi um sucesso, assim como a 3.º prova de mar que houve no mês de agosto.*»

«*Saudar o PCP, porque, a poucos dias deste ano letivo, uma das suas propostas em Orçamento de Estado de 2017, que foi aprovada, que permite a gratuitidade dos manuais escolares para os alunos do 1.º ciclo. Portanto, é uma forma de combater, não só as questões relacionadas com o ensino, é uma questão de dar às famílias, aos que menos têm, também uma forma e uma poupança, que o PCP pensa que o Estado deve assumir, portanto, além do 1.º ciclo alargar a outros ciclos.*»

«*Um voto de louvor para a Associação de Dadores Benévolos de Sangue, que, já em julho, comemorou os 22 anos de existência ao serviço da comunidade. Parece que não, mas, ao longo destes 22 anos, conseguiu recolher mais de dez mil unidades de sangue, isto parece pouco, se calhar, mas foram dez mil unidades de sangue que o Estado Central também poupou, em virtude do voluntariado e em virtude do associativismo, esperemos que, nos próximos anos, este número possa, ainda, aumentar mais.*»

«*À Câmara Municipal, parece-me que merece também louvar, pelo protocolo realizado com o Stella Maris, para a reabilitação do piso, no Pavilhão Polivalente, que já era necessário.*»

Ademar Marques (PSD):

Disse que queria destacar um assunto que o senhor André Amador tinha referido, que era o grande sucesso que representava, no concelho, o empenhamento das várias organizações e comissões de festas na organização das festas do concelho. Era a prova viva que as gentes do concelho de Peniche, quando se empenhavam a organizar eventos, o faziam de uma forma extraordinária, atraindo milhares e milhares de pessoas, aos vários modelos de festa, umas mais direcionadas para público mais jovem, outras para as famílias, mas todas elas com grande sucesso. Era devido o reconhecimento àqueles homens e mulheres, porque eram muitas as horas que dedicam, durante todo o ano, para a organização das festas. Era um reconhecimento que era merecido e devido, porque faziam com que as festas do concelho, no seu conjunto, fossem um fator de atratividade assinalável.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que, interpretando o sentimento de todos, fazia destes votos um voto da Assembleia Municipal.

APRECIAÇÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

Passando a Assembleia à apreciação do ponto em epígrafe, usaram da palavra os senhores, adiante identificados:

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Sendo aquela a última sessão da Assembleia Municipal do mandato, mas também a última sessão da Assembleia Municipal dos três mandatos do Presidente da

Câmara Municipal, senhor António José Correia, julgava que se impunha uma avaliação do mandato. Ele próprio já a tinha feito, de uma forma resumida e menos preparada, quando a Assembleia Municipal tinha feito a avaliação do último relatório de gestão, no mês de abril, mas julgava que era merecido, pelo senhor Presidente da Câmara, que a Assembleia Municipal, como órgão político, fizesse uma avaliação;

Já tinha reconhecido ao senhor Presidente da Câmara, por diversas vezes, alguns méritos, o que lhe parecia ser de inteira justiça. A sua aposta na marca Capital da Onda tinha sido uma aposta certeira, porque Peniche tinha, de facto, as condições naturais ideais para ser um destino preferencial dos desportos náuticos. O senhor Presidente da Câmara não tinha inventado o surf, e ainda não dominava o desporto com mestria, mas, como dizia o Mário Viegas no filme *O Rei das Berlengas*: "*Lá chegaremos! Lá chegaremos!*", contudo, tinha conseguido fazer de Peniche um destino privilegiado dos praticantes de surf, colocando-o no circuito mundial, com resultados visíveis, ainda que, no seu ver, insuficientes na economia local;

No entanto, aos presidentes de câmara, aos *mayors*, não bastava ser *cool*, tinham de ser organizados e metódicos, tinham de ter uma capacidade para gerir os assuntos do dia-a-dia, para resolver os problemas do passado e para passarem destes para as soluções do futuro, mas, tinha sido a incapacidade de o fazer, em simultâneo, que, a seu ver, tinha marcado aqueles doze anos. Folhear o célebre *A a Z*, do ano 2005, doze anos depois, era perceber que a retórica impecável e implacável do então Vereador, senhor António José Correia, contra a incapacidade do então Presidente da Câmara, senhor Jorge Gonçalves, se tinha transformado numa incapacidade em tudo semelhante;

O senhor Presidente da Câmara, António José Correia, que tinha tido méritos assinaláveis, designadamente na divulgação e no reconhecimento externo do concelho de Peniche e na gestão corrente em alguns assuntos, tinha falhado, na sua opinião, redondamente, quando se chegava ao computo geral do mandato;

Quando perguntavam se Peniche estava melhor do que há doze anos, algumas pessoas até podiam hesitar na resposta, mas, se perguntassem se estava bem, a resposta seria quase sempre a mesma, que não estava bem. A maioria das pessoas não estava satisfeita, não reconhecia qualidade de vida em Peniche, não estava satisfeita com as condições das praias, com a falta de emprego ou até com a simples limpeza da cidade. Não estava satisfeita com o abandono da muralha de Peniche, com o esquecimento da barragem de São Domingos ou com o caos na ilha da Berlenga. Não estava satisfeita com o Mercado Municipal nem com a incapacidade em disciplinar as autocaravanas, não estava satisfeita com a falta de resposta da Câmara Municipal aos mais diversos assuntos e não estava satisfeita com o excesso de burocracia para as associações. Não estava satisfeita com o adiamento de investimentos, como o Centro Escolar de Atouguia da Baleia, que estava a começar a construir-se, como a Biblioteca Municipal ou como a envolvente do fosso da muralha;

As pessoas não estavam satisfeitas porque, de cada vez que saiam de Peniche encontravam sítios, onde a *troika* também tinha estado, onde os sucessivos governos da república também tinham lidado com os municípios, tendo cortado funcionários e reduzido orçamentos, mas onde se tinha feito coisas e onde tinham surgido obras assinaláveis, onde a qualidade de vida tinha melhorado de forma substancial;

A *troika* não era resposta para a falta de limpeza ou para qualquer outra falta que

se apontasse à sua Câmara Municipal. A resposta, no entender da bancada do Partido Social Democrata, não era externa, mas estava na falta de estratégia do senhor Presidente da Câmara, na sua incapacidade em dar resposta e na total ausência de organização. Estava na falta de mobilização dos recursos humanos do Município e na ausência de mobilização da população do concelho e das associações. A resposta também não podia ser o anterior presidente;

Não se podia nivelar por baixar, tinham de olhar para os concelhos onde as coisas tinham acontecido, onde a qualidade de vida tinha crescido assinalavelmente, para perceberem que tinham desperdiçado muitas oportunidades e que tinham de mudar rapidamente, para que a vida das pessoas começasse a melhorar;

O senhor Presidente da Câmara Municipal escusaria de dizer que era uma avaliação política, como costumava dizer. Porque, de facto, era uma avaliação política, assim como a linha de argumentação do senhor Presidente da Câmara, na réplica, seria a sua resposta política;

Se a política era, como deveria ser, aquilo que pertence aos cidadãos, aos membros da *pólis*, então, era na política que deveriam zelar pelos interesses dos cidadãos e defendê-los da forma como lhes competia enquanto autarcas;

Fazer política não era, por isso, assinar protocolos em véspera de eleições, anunciar investimentos a concretizar em mandatos futuros, prometer coisas que não lhes competiria cumprir. Fazer política era resolver os problemas e melhorar a vida dos cidadãos, durante o tempo do mandato, coisa que, na maioria dos assuntos, desde retirar uns miseráveis semáforos, que estavam havia mais de doze anos parados, até impedir, pela criação de empregos, que os jovens tivessem de sair de Peniche, o senhor Presidente da Câmara não tinha sido capaz de fazer;

Havia uns meses, na anterior sessão ordinária da Assembleia Municipal, tinha citado um documento, elaborado e aprovado pela Câmara Municipal, que dizia, no seu preâmbulo, que Peniche era um concelho com famílias maioritariamente pobres. Era um documento assinado pelo senhor Presidente da Câmara e era o seu legado, que lhe parecia que não era motivo de orgulho;

Como tinha dito um apoiante do senhor Filipe Sales, havia uns dias, a prova maior de que ninguém gostava do estado das coisas era que todos os principais candidatos à Câmara Municipal prometiam a mudança. A questão era saber se, com aquelas promessas, estavam no domínio da coerência ou da mera retórica eleitoral, afinal, com a exceção do senhor Filipe Sales, dos outros três principais candidatos, um tinha sido presidente da Câmara Municipal, durante oito anos, outro tinha sido presidente da Assembleia Municipal, durante os oito anos seguintes, e líder da bancada da Coligação Democrática Unitária, durante outros quatro anos, e o terceiro tinha sido presidente de junta de freguesia, durante dezasseis anos, e líder da bancada da Coligação Democrática Unitária, até 2013. Portanto, tinham sido defensores políticos do modelo de desenvolvimento seguido, estando os três em cargos autárquicos desde o final dos anos setenta ou início dos anos oitenta do século XX, e tinham tomado parte ativa naquilo que era a realidade de Peniche, pelo que, a seu ver, o lema da mudança não lhes assentava da melhor forma, não lhes faltava legitimidade para o invocar, mas não lhe parecia de grande coerência que o fizessem;

Era sua convicção que Peniche precisava de uma grande volta, de uma nova

geração de políticos à frente dos seus destinos, que interrompesse o ciclo de decadência que tinha vivido até àquela data e que a Coligação Democrática Unitária tinha sido incapaz de interromper. Uma geração que chegasse preparada e com a mesma experiência de vereação que o senhor Presidente da Câmara tinha quando tinha sido eleito, no ano de 2005, mas com a garra e atitude própria dos jovens, sem amarras ideológicas e sem preconceitos com o passado mais ou menos recente. Uma geração que não tentasse convencer os munícipes com base em promessas deslocadas da realidade ou do tempo em que estes viviam, como a de construir o IC11, quando nem o IP6 estava em condições;

Precisavam de um ciclo que não desaproveitasse aquilo que de bom os mandatos do senhor Presidente da Câmara tinham tido, mas que desse a cada um dos cidadãos uma verdadeira qualidade de vida, através de uma boa gestão dos recursos, humanos e financeiros, através de uma organização eficaz e do estabelecimento de parcerias úteis, de uma aposta efetiva dos empresários e na atração de investimento e através da aplicação de uma estratégia que não esquecesse ninguém;

O Partido Social Democrata estava orgulhoso do trabalho de oposição séria, leal e construtiva, que sob a liderança do senhor Filipe Sales, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, tinham desempenhado ao longo do mandato que estava a terminar. Estavam confiantes que, se fosse essa a vontade das pessoas de Peniche, como esperavam, estariam nos órgãos autárquicos para desenvolver um trabalho do qual se poderiam continuar a orgulhar, enquanto principal força política e responsável pela gestão do Município.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que gostaria de colocar algumas questões que tinham sido colocadas ao longo do mandato, mas que nunca tinham sido respondidas, sobre problemas que afetavam o concelho, concretamente:

Gostaria de saber onde estava o carro elétrico comprado pelo Município, que esteve estacionado em frente do Posto de Turismo, em Peniche, mas que nunca mais se tinha visto. Havia cerca de um ano e meio que estava desaparecido;

O senhor Presidente da Câmara, enquanto vereador da oposição, entre 2001 e 2005, falava muito dos planos pormenor. Gostaria de saber qual era o ponto de situação dos planos pormenor;

Gostaria de saber quantas pessoas tinham utilizado o Comboio Turístico, durante o verão que estava a terminar;

Em sessão anterior da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara tinha dito que não tinha conhecimento de uma descarga de esgoto que estava junto à praia do Quebrado, em Peniche, pelo que perguntava se já tinha tomado conhecimento e se já tinha conseguido resolver aquela situação;

Na anterior sessão da Assembleia Municipal, tinha sido afirmado, com uma certa convicção, que as obras do Bairro Senhor do Calvário, em Peniche, estariam concluídas no final do mês de julho, mas a verdade era que as obras continuavam, portanto, tinham mentido à Assembleia Municipal;

Relativamente à retirada das raízes das palmeiras, passados dois anos, continuavam alguns buracos abertos no Parque do Baluarte, em Peniche, qualquer pessoa que ali passasse arriscava-se a cair naqueles buracos, para não falar da forma como não

eram tratados os jardins, sendo o Parque do Baluarte a prova disso;

Gostaria de saber se o senhor Presidente da Câmara já tinha esclarecido junto da senhora Ministra do Mar a questão do esporão perpendicular do molhe Oeste do porto de Peniche;

Gostaria de perguntar ao senhor Vice-Presidente da Câmara onde estavam as ilhas de recolha de resíduos que ele tanto tinha anunciado que iria colocar na cidade de Peniche.

Rogério Cação (CDU):

Disse que:

Pensava que vinha para a sessão da Assembleia Municipal para ouvir questões como as colocadas pelo senhor Henrique Estrelinha, que tinham sido questões legítimas, mas a intervenção do senhor Ademar Marques não tinha sido uma avaliação política, tinha sido retórica eleitoral pura;

Também poderiam entrar pela via da retórica eleitoral, mas estariam a prestar um mau serviço, face à missão que os tinha levado à Assembleia Municipal, porque era muito fácil apontar as coisas daquela maneira. O senhor Presidente da Câmara não precisava que o defendessem, ele certamente o faria, mas também poderia referir alguns domínios que tinham valido a pena, como por exemplo o domínio da educação;

Quando o senhor Ademar Marques tinha falado do associativismo, que ele tivesse paciência, mas estava muito longe do que tinha sido feito nessa área, porque nunca se tinha feito no concelho de Peniche um trabalho de aprofundamento do associativismo como o que tinha sido feito no mandato que estava a terminar, e falava com o conhecimento que tinha da sua própria vertente associativa;

Quanto ao resto, obviamente, não se iria pronunciar, eram avaliações que, certamente, as pessoas de Peniche fariam, e esperava que o fizessem em consciência, e não propriamente porque se construíam retóricas de conveniência, que, obviamente, serviam a fins que toda a gente tinha percebido quais eram, independentemente do pretexto de uma avaliação de mandato que, obviamente, já tinha sido feita;

Com o devido respeito, o senhor Ademar Marques sabia que o que ele estava a dizer não punha em causa, naturalmente, o respeito que merecia a opinião que tinha sido manifestada, mas, era inevitável não deixar uma nota, que era uma nota, obviamente, de considerar profundamente parcial a avaliação que tinha sido feita. Porque, se assim não tivesse sido, teriam de falar de outras coisas, teriam de falar também de outras iniciativas, como a Mostra Internacional de Rendas de Bilros ou a intervenção que tinha sido feita ao nível do apoio social e do apoio de proximidade que tinha sido garantido;

Quanto à opinião dos munícipes, dependia de quem se ouvia e dependia de quem perguntava, porque, todos sabiam como é que as coisas funcionavam. Haveria opiniões que seriam contrárias e haveria, certamente, outras que seriam favoráveis. Se se perguntar se se tem fome, se calhar, a resposta seria: "tenho"; mas, se se perguntar se não se tem fome, a resposta seria: "não, não tenho". A resposta, às vezes, era condicionada pela forma como se perguntava;

Relativamente ao associativismo, pensava que o senhor Ademar Marques tinha sido perfeitamente injusto, até porque se havia entidades que estavam mobilizadas, naquele momento, eram as associações. Tinham contactado as associações, e não havia uma, das que tinham contactado, que não reconhecesse o trabalho meritório que tinha

sido desenvolvido no campo do associativismo e que tinha dado lugar à Carta Local do Associativismo, que era uma ferramenta excelente, não estava acabada, mas era excelente. Pela primeira vez, havia um documento de referência extraordinária e que tinha dado lugar à construção de um portal do associativismo, na Internet, que era um meio excelente de cooperação e podia e deveria ser potenciado;

O resto entrava no debate político e eleitoral, que tinha outros patamares. Certamente poderiam dirimir essas questões, até porque as eleições tinham a ver com o futuro e, portanto, seriam as protagonistas;

Queria deixar muito claro que achava que a juventude fazia todo o sentido, mas, nem sempre a juventude queria dizer ou estava equiparada à idade cronológica, havia pessoas que eram jovens aos setenta e cinco anos e havia velhos que tinham dezanove anos, não estava a associar nada, até porque prezava muito a competência e o empenhamento do candidato do Partido Social Democrata, que era um jovem.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Parecia-lhe evidente que, entre as competências da Assembleia Municipal, estava a avaliação política do executivo municipal. Também lhe parecia evidente que a parcialidade era algo, mais ou menos, inata aos partidos políticos e às bancadas. A sua intervenção tinha sido parcial, assim como tinha sido a intervenção do senhor Rogério Cação, eram sempre todas parciais;

Tal como o senhor Rogério Cação tinha dito, a resposta dependia de quem perguntava. Em relação ao caso concreto que o senhor Rogério Cação tinha mencionado, o do associativismo, a avaliação também dependia de quem perguntava. Quando perguntavam, as respostas não eram tão laudatórias como as que o senhor Rogério Cação tinha citado. Existiam várias associações fechadas no concelho, não estava a dizer que era por culpa do executivo, mas a sua própria perceção, e já o tinha dito à Assembleia Municipal, era que os mecanismos que a câmara municipal que estava em funções tinha criado para a atribuição dos subsídios eram penalizadores para as associações, nomeadamente para as associações que não tinham um corpo de funcionários permanente, e tinham dificultado, em muito, a ação das associações. Encontravam muitas queixas sobre aquele assunto;

Obviamente, haveria sempre pessoas mais satisfeitas e outras menos satisfeitas, admitindo que a satisfação pudesse depender de quem perguntava, mas a maioria das pessoas que tinham encontrado não estavam satisfeitas;

A pergunta poderia depender daquilo que se queria ouvir. No filme *O Rei das Berlengas* havia uma célebre passagem em que se ouvia: "*Fome! Fome!*"; mas eles ouviam "*Como! Como!*". Era um bocadinho a mesma coisa, ouviam aquilo que queriam ouvir;

Se as eleições tinham a ver com o futuro, e tinham com certeza, ele próprio achava que a atividade dos membros da Assembleia Municipal também tinha a ver com o futuro, pelo que tinham de falar não só do passado, mas também do futuro.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Relativamente à intervenção do senhor Ademar Marques, disse que:

Não estava preparado para ter aquela intervenção, sobre a avaliação do mandato autárquico, estava mais preparado para dar conta dos temas que estavam na ordem do

dia, que eram temas importantes, mas esperava que ainda o conseguissem fazer;

Queria dar uma nota aos seus colegas da Câmara Municipal, a todos os seus sete membros, com uma ou outra flutuação que tinha havido ao longo do mandato, por tudo o que tinha sido possível apresentar à Assembleia Municipal, incluindo a questão do associativismo, que tinha passado a ter um regulamento próprio, aprovado pela Assembleia Municipal e, por isso, era um instrumento de todos;

Respeitava muito o senhor Ademar Marques, na relação que tinham de presidente da Câmara Municipal e de membro da Assembleia Municipal, e iria, se calhar, ter saudades daqueles momentos, porque as questões eram colocadas com frontalidade, mas, obviamente, com a parcialidade que já tinha sido referida, mas que suscitava alguma intervenção;

Uma vez que a intervenção do senhor Ademar Marques tinha sido muito dirigida ao presidente da Câmara Municipal, iria, obviamente, alargar as respostas dos temas dos pelouros, que eram sempre do presidente, mas que poderiam ser delegados nos vereadores;

Relativamente à avaliação política, sentia um grande orgulho, porque tinha concorrido uma primeira vez para a Câmara Municipal de Peniche e tinha sido eleito vereador, tinha tido o desempenho que tinha tido, que não iria analisar naquele momento. No mandato seguinte, tinha sido eleito presidente da Câmara Municipal, no mandato que se seguiu voltou a ser eleito presidente, com maioria absoluta, e, depois, tinha ainda sido eleito para um último mandato como presidente, mas com maioria relativa. Portanto, havia uma grande relação de confiança com a população de Peniche, que presava muito e que respeitava muito;

Se havia alguma nota condutora da sua atuação, uma vez que o senhor Ademar Marques tinha sido muito incisivo sobre a questão do presidente de Câmara Municipal, era o facto de ele próprio sentir que levaria um património, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Peniche, daquilo que era o respeito que já tinha, e que tinha ficado imaculado, relativamente à sua relação com as pessoas, o que era muito importante para quem tinha estado cerca de dezasseis anos na Câmara Municipal;

Havia uma outra parcialidade que era a de, perante a submissão a votos, ter tido aqueles resultados, o que muito lhe agradaria para o resto da sua vida. Tudo aquilo que tinha feito, e mesmo aquilo que não tinha feito, tinha-o feito sempre numa perspetiva de serviço público e de interpretar aquilo que, em cada momento, poderia ser o mais importante, face aos meios existentes;

Não iria ser submetido a votos nas próximas eleições para a mesma função, mas queria dizer que se orgulhava de um conjunto de coisas muito importantes e orgulhava-se de uma característica extremamente importante para a defesa das coisas importantes do concelho, concretamente a grande ameaça que tiveram dos governos, relativamente ao Hospital de Peniche, que tinha sido um exemplo da forma como todos conseguiram sempre estar irmanados e lutar de forma muito coesa. Poderia não ter sido assim, mas tinha sido e, portanto, alguns créditos que todos tinham, e dos quais ele próprio se sentia uma parte, era relativamente à forma como tinham defendido um conjunto de matérias;

Havia uma matéria que era particularmente sensível ao senhor Ademar Marques, que tinha a ver com a questão do património cultural, nomeadamente o património

religioso. Não iria desenvolver muito o assunto, mas tinha havido intervenções significativas e, uma vez que o senhor Ademar Marques tinha colocado a questão dos três mandatos, da comparação entre o momento da sua chegada à presidência da Câmara Municipal e o que iria ficar após os seus três mandatos como presidente da Câmara Municipal, reservava para o senhor Ademar Marques essa nota de avaliação, relativamente àquilo que, de forma direta, tinham feito, e àquilo que, de forma muito proativa, tinham criado, relativamente a condições para haver reabilitações muito significativas. Tinham sido opções muito fortes, as que tinham tido apoio e as que continuavam ainda a ter;

Mas, não tinha sido só o património religioso, tinha havido também intervenções na globalidade do património, nomeadamente ao nível da rede museológica. Havia coisas de que se falava e que, porque já não estavam no dia-a-dia, já não eram valorizadas. Sublinhava que era bom analisarem tudo o que foi feito na rede museológica;

O senhor Ademar Marques tinha também falado das coisas que iriam ficar. Quando chegou à presidência da Câmara Municipal tinha encontrado algumas obras em desenvolvimento, iniciadas pelo anterior presidente da Câmara Municipal, o senhor Jorge Gonçalves. Existia também um conjunto muito significativo de obras que iriam estar em andamento na próxima transição de mandato. A Câmara Municipal, na sua reunião anterior, tinha aprovado a reabilitação do edifício da antiga central elétrica de Peniche para nele ser instalado o Centro Cívico Intergeracional de Peniche, com todos os meios assegurados. A reabilitação do Forte de Nossa Senhora da Consolação tinha sido uma grande conquista, que deveria honrar a todos;

As questões da educação já tinham sido referidas e agradecia as palavras do senhor Rogério Cação;

A área social tinha sido também enorme;

Existia um processo, que iria ser analisado no período da ordem do dia, que era a questão da iluminação com tecnologia LED, no quadro da Comunidade Intermunicipal do Oeste, que faria com que Peniche passasse a ser o município com a quase totalidade da sua iluminação pública através da tecnologia LED;

Existiam, ainda, dois temas que gostaria de referir, que tinham a ver com as questões associadas ao investimento e ao emprego. No que dizia respeito à questão do investimento, tinham concretizações que se tinham feito, muitas à base de uma coisa que tinha sido a marca Capital da Onda, que tinha sido indutora de investimentos na área da hotelaria, na área da restauração e na área do empreendedorismo jovem. Aproveitava para agradecer o registo feito pelo senhor Ademar Marques, relativamente à estratégia diferenciadora e valorizadora dos recursos endógenos de Peniche. De 20 a 31 de outubro de 2017, realizar-se-ia, em Peniche, mais uma etapa do campeonato do mundo de surf, uma prova muito invejada por muitos municípios, com a garantia, também, para o ano de 2018;

Relativamente aos números do desemprego, enquanto houvesse um desempregado, a situação seria sempre muito complexa para todos os que com ela convivem. Mas, relativamente àquilo que tinham sido e eram os dados oficiais, aos inscritos como desempregados, de julho de 2013 para junho de 2017, o concelho de Peniche tinha passado de mil quinhentos e noventa e sete para setecentos e dezoito, fruto da atividade económica e fruto, também, das condições que, ao longo do tempo, tinham

sido criadas. Fazia uma referência, muito especial, às áreas da restauração, da hotelaria e da prestação de serviços, mas também à área da transformação de pescado. Todos sabiam da forma cuidada e de acompanhamento que a presidência da Câmara Municipal tinha feito, o que tinha permitido a consolidação de postos de trabalho e a criação de novos postos de trabalho, que poderiam estar na base da redução dos números que tinha referido.

Relativamente à intervenção do senhor Henrique Estrelinha, disse que:

O senhor Henrique Estrelinha tinha focado alguns aspetos de outro tipo de detalhe, mas tinha feito um pouco a ligação com uma outra coisa que se iria apreciar naquela sessão da Assembleia Municipal, que era a proposta de aprovação definitiva do Plano de Urbanização do Vale do Grou, uma vez que já tinha sido feito um percurso de pedras, muito complexo, motivo pelo qual, só naquela data, tinha sido apresentado à Assembleia Municipal, e não por estarem à porta de eleições, porque gostavam de fazer tudo o mais antecipadamente possível. Eram processos bastante complexos, com alterações sucessivas, relativamente aos enquadramentos que se tinham verificado, mas, com a equipa que tinha sido reconstituída e com a estabilização ao nível da legislação de enquadramento dos instrumentos de ordenamento do território, o próximo executivo municipal estaria em condições de dar sequência aos processos;

Relativamente às questões do ordenamento urbanístico, a Câmara Municipal de Peniche ficaria com todas as condições para constituir uma equipa consolidada para concretizar, desde logo, a questão da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). Esperava que o Plano de Urbanização do Vale do Grou fosse aprovado naquela sessão da Assembleia Municipal;

Relativamente ao carro elétrico, o Município estava na posse da viatura, que tinha, de facto, sido comprada com o pagamento do valor residual. Tinha havido um problema ao nível da bateria, mas já estava ultrapassado. A qualquer momento o veículo poderia vir a ser utilizado;

Quanto à questão do Comboio Turístico, o verão ainda não tinha terminado e, por isso, ainda não tinha os números;

Relativamente à questão da praia do Quebrado, não tinha a informação. O que poderia dizer era que, não sendo uma avaliação de mandato, tinha havido muito investimento ao nível do tratamento das águas residuais, o que melhorou, significativamente, a questão;

Relativamente ao Bairro Senhor do Calvário, em Peniche, passaria a palavra à senhora Vereadora Clara Abrantes, responsável pelo Pelouro da Solidariedade Social;

Quanto à questão da recolha de resíduos e à questão das ilhas ecológicas, passaria a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador, responsável pelo Pelouro de Higiene e Limpeza.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que:

Iria responder, também, à questão do Bairro Senhor do Calvário, em Peniche, na qualidade de responsável pelo Pelouro das Obras Municipais, até porque quem tinha respondido da vez anterior tinha sido ele. Não sabia como tinha respondido, porque não tinha nenhum espelho à sua frente para ver a forma convicta que tinha sido referida pelo

senhor Henrique Estrelinha, mas havia uma coisa que se lembrava de ter dito e que era verdade, que era o facto de as obras estarem a decorrer. Das dezoito casas da primeira fase, catorze estavam concluídas, as outras quatro estavam com atraso e previa-se a sua conclusão até final daquele mês. Existia uma segunda fase, com mais doze casas, que já tinha sido iniciada e cuja intervenção teria uma duração de alguns meses;

Relativamente à questão sobre as raízes das palmeiras e os jardins, tinha havido uma intervenção e as raízes tinham sido retiradas no Jardim Público e os buracos tinham sido tapados. Os serviços de jardinagem do Município tinham feito um trabalho que, pelos vistos, o senhor Henrique Estrelinha ainda não tinha conseguido ver. Sugeriu que, no dia seguinte, fossem os dois ao local para verem. Tinha sido feita a plantação de relva adequada e de novas flores. Os jardins da cidade de Peniche, não só os centrais, estavam a ser cuidados e tinha havido a aquisição de plantas de época para plantar um pouco por toda a cidade. Fora da cidade de Peniche eram as respetivas freguesias que tratavam dos espaços verdes, mas, na cidade de Peniche, era o Município que cuidava dos espaços verdes;

As ilhas ecológicas eram um assunto importantíssimo. A Câmara Municipal tinha feito o seu trabalho de casa, tinha colocado a previsão da aquisição das ilhas ecológicas no orçamento, tinha feito o concurso, tinha adquirido e estavam guardadas em armazém. Só que um dos conjuntos não tinha sido ainda colocado, por uma razão objetiva, porque a Agência Portuguesa do Ambiente ainda não tinha respondido. Iriam tentar meter uma cunha, tentar falar com alguém que tivesse uma boa relação com a Agência Portuguesa do Ambiente, para os ajudar, porque, por exemplo, o Baleal já poderia ter as ilhas ecológicas colocadas. Para a colocação de uma ilha ecológica no Largo José da Costa, no centro da cidade de Peniche, tinha havido uma auscultação à Freguesia de Peniche e uma auscultação interna, tendo sido colocados problemas pela empresa Valorsul, responsável pela recolha dos resíduos recicláveis, relativamente à sua localização, o que tinha obrigado a uma alteração ao que inicialmente estava previsto. Em suma, podia dizer que o equipamento estava em armazém, devidamente adquirido, e que, em breve, seria colocado, mesmo que fosse depois das eleições, o que já não influenciaria o resultado.

Senhora Vereadora Clara Abrantes (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que:

Relativamente ao associativismo, não iria fazer juízos sobre se estava melhor ou se estava pior, iria partilhar o que existia anteriormente e o que existia naquele momento, fruto de um percurso que o Município fez com as associações e que tinha sido um trabalho iniciado em novembro de 2014 e que tinha terminado em maio de 2015. Tinha havido uma participação efetiva das associações do concelho, com o envolvimento de cerca de setenta, na discussão da Carta Local do Associativismo e do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo;

As associações tinham participado na sequência de um convite, não tinham sido convocadas. Tinham participado porque tinham entendido que era importante participar, porque tinham feito uma avaliação da forma como as coisas estavam a decorrer, em termos de apoios, em termos de intercooperação e em termos de conhecimentos entre as próprias associações, e tinham concluído que o Fórum do

Associativismo seria um espaço excelente para aquele fim. Tinha sido naquele sentido que tinha sido feito o desafio pela Câmara Municipal de Peniche, porque o executivo que estava em funções sempre tinha entendido que as associações eram extremamente importantes para o desenvolvimento do concelho e que eram os interlocutores privilegiados dos próprios territórios;

Tinha sido com aquele propósito que se tinha alterado a metodologia que era utilizada, havia anos, para a atribuição de apoios às associações. Anteriormente, o Município atribuía, anualmente, um valor financeiro às associações, tentando ser o mais justo possível, o que que já vinha de outros mandatos. O que era certo era que não se fazia, em muitas das vezes, justiça àquilo que era a realização das atividades das próprias associações;

Tinha sido com aquele desafio que tinham convidado as associações e tinham criado a Carta Local do Associativismo. Mais do que a questão da regulamentação dos apoios financeiros e logísticos, tinham também aquilo que eram os princípios de ação do que era o associativismo local e que refletia e afirmava o que a presidência da Câmara Municipal entendia e que, depois, tinha sido aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal;

Todos entendiam que o movimento associativo era extremamente importante para o desenvolvimento de um concelho, por um lado, por outro lado, também se tinha entendido que as associações tinham que ciar uma intercooperação para rentabilização dos recursos;

Achava que valia a pena visitar o Portal do Associativismo, porque espelhava exatamente aquilo que era a Carta Local do Associativismo e a regulamentação, espelhava, também, aquilo que era o trabalho que se tinha vindo a desenvolver em termos formativos, em termos de capacitação dos próprios dirigentes, em termos daquilo que era o apoio de formação e aquilo que eram as questões das várias possibilidades de financiamento, não só dos apoios municipais;

Normalmente, o Município atribuía cerca de sessenta mil euros, por ano, às associações. No ano de 2016, tinham sido atribuídos cento e dez mil euros e, no ano de 2017, já estava próximo dos cento e cinquenta mil euros de apoio às associações, em termos financeiros, porque, se fossem contabilizar o apoio logístico, seria muito mais, mas entendiam que era um investimento e não, de maneira nenhuma, uma gestão corrente da questão.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

Não acha que a linguagem da cunha, que o senhor Vice-Presidente tinha utilizado, fosse boa de aplicar nas sessões da Assembleia Municipal ou nas reuniões da Câmara Municipal. Julgava que era necessário que houvesse algum cuidado;

Ficou com dúvidas sobre o motivo porque não se tinham colocado as ilhas ecológicas no Baleal, uma vez que já tinham todas as condições para as colocar. Tinha ficado com essa dúvida, que solicitava que fosse esclarecida;

Relativamente ao Bairro Senhor do Calvário, em Peniche, lembrava-se muito bem do que o senhor Vice-Presidente da Câmara lhe tinha dito na sessão anterior da Assembleia Municipal, até porque tinha tomado nota, de que nove das casas estavam concluídas, naquele dia em que se tinha realizado a sessão da Assembleia Municipal,

cinco casas estariam prontas na semana seguinte e quatro casas, que eram as que faltavam naquela primeira fase, ficariam concluídas no final do mês de julho. Portanto, mais uma vez, não tinham sido cumpridos os prazos, por parte da empresa adjudicatária da empreitada, e era isso que estava em causa;

Relativamente às raízes das palmeiras, apenas se tinha referido ao Parque do Baluarte, em Peniche, porque, se lá passasse naquele dia, ainda lá estariam alguns buracos, para além de que o jardim estava todo maltratado.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):
Disse que:

Começava pelos asfaltamentos, e queria regozijar-se e agradecer à Câmara Municipal os asfaltamentos que estavam a ser executados nas artérias da freguesia de Atouguia da Baleia. Os asfaltamentos tinham começado pelo lugar dos Casais Brancos, aliás, tinha tido a oportunidade de falar com o senhor Vice-Presidente da Câmara sobre o assunto e achava um pouco estranho que, na semana anterior, o senhor Vice-Presidente lhe tivesse dito que, após os Casais Brancos, iriam asfaltar para o lugar de Bufarda, mas, passados dois dias, tinha visto estarem a fazer asfaltamentos no lugar da Coimbrã;

Queria colocar algumas questões sobre segurança que o vinham a preocupar havia algum tempo, concretamente: a situação dos semáforos, assunto que o senhor Ademar Marques já tinha referido, mas, já eram doze anos a falar do mesmo e achava que, naquele momento, estavam em causa questões de segurança; a rotunda do lugar de Ribafria, um assunto que, também, normalmente, era referido nas sessões da Assembleia Municipal; a rotunda do IP6, em Porto de Lobos, porque tinha de se ver, de alguma forma, o que se estava a passar naquela rotunda, porque era raro o dia em que não havia acidentes naquele local, com certeza que não seria a dignificação daquele espaço que iria reduzir o número de acidentes, mas algo tinha de se fazer naquela rotunda, porque a empresa Infraestruturas de Portugal andava lá, todos os dias, a recolocar sinalização e, no dia a seguir, a mesma sinalização estava toda partida, nomeadamente as baias de segurança, pensava que algo teria de ser feito em relação à rotunda de Porto de Lobos, além da sua dignificação, porque era uma entrada do concelho; e a ponte sobre o rio de São Domingos, na estrada que liga os lugares de Bôlhos e de Ribafria, que também já era referida havia doze anos, pois recordava-se de, na primeira reunião que teve de mapa de trabalhos, a intervenção na referida ponte era um assunto que já vinha do mandato anterior, tinha sido alvo de uma vistoria, por parte dos técnicos do Município, e precisava de obras urgentes, tinham-se passado doze anos e, graças a Deus, a ponte ainda não tinha caído, mas, com certeza, também não estava melhor, se havia doze anos que precisava de obras urgentes, pensava que não estivesse melhor;

Gostaria de saber o que se passava com o edifício adquirido pelo Município, localizado no Largo de São Leonardo, na vila Atouguia da Baleia, conhecido como Loja dos Vala. Não tinha tido oportunidade de estar presente na anterior sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em junho, tendo estado representado pelo Secretário da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, senhor Afonso Clara, que lhe comunicou que o senhor Presidente da Câmara o tinha interpelado sobre a elaboração de um protocolo, que seria assinado no Dia do Município, que tinha tido lugar no dia 7 de agosto. Não sabe se o senhor Afonso Clara percebeu mal, o que era certo era que nunca mais a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha sido contactada para nada, em relação à Loja dos

Vala, embora tenha mandado uma série de ofícios a solicitar reuniões, para que se resolvesse, de uma vez por todas, o que fazer com aquele edifício;

Para terminar, queria falar dos espaços de mato, em lotes de terreno e outros espaços propriedade do Município, que não estavam dignificados e eram um perigo, particularmente na época dos fogos. Tinham assistido a vários exemplos de fogos ao longo do país, pelo que não compreendia como é que a Câmara Municipal não conseguia limpar os espaços que eram propriedade do Município, não eram espaços verdes, eram espaços de mato e de caniças, muito perigosos e localizados junto a habitações. Mas, o mais grave, era a Câmara Municipal andar a notificar as pessoas para limparem os seus espaços. Se as pessoas limpassem os espaços de que eram proprietários, estes seriam autênticas ilhas no meio dos matos que a Câmara Municipal mantem nos terrenos do Município. Gostaria que o senhor Presidente da Câmara lhe desse uma explicação sobre o assunto.

José Leitão (PSD):

Disse que, com a autorização do senhor Rogério Cação, iria falar à Assembleia Municipal um jovem de sessenta e quatro anos, depois das intervenções políticas que tinham acabado de ser feitas, o que achava normal, ao contrário de outros, e, por isso, pedia um bocadito de paciência. Acrescentou que seria uma intervenção muito pessoal e, por isso, a tinha escrito.

Transcreve-se, a seguir, a intervenção do senhor José Leitão (PSD) tal como foi lida:

«*Estamos a chegar ao fim de mais um mandato autárquico. Será esta a última sessão desta Assembleia Municipal, com esta composição política. Para mim, hoje, será a última presença da minha vida. Creiam que me causa alguma sensação, que não sei bem definir, dizer-vos isto. Foram três décadas sempre ligado ao poder autárquico: adjunto do presidente, vice-presidente, presidente dos SMAS, vereador na oposição, membro desta Assembleia, quer na situação, quer na oposição, candidato à presidência da Câmara e da Assembleia Municipal de Peniche. Fi-lo sempre, tal como vós, estou certo, de forma desinteressada, dando, ou tentando dar, o meu melhor pela nossa terra.*

Senhora Presidente desta Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, permitam-me que os felicite pela forma como desempenharam esta vossa nobre missão. Não que, felizmente, Peniche tenha alguma vez tido um menos bom presidente da Assembleia Municipal, mas desta vez, a meu ver, houve, de facto, algo diferente, que importa referir.

Senhor Presidente da Câmara, nos últimos anos, doze, estivemos muita vez em desacordo, por vezes, até de forma dura discordámos. Recordo-me dos primeiros meses do seu mandato, como o senhor, seguramente, se recordará também. Mas quero que o senhor Presidente creia que, da minha parte, sempre o fiz a pensar em Peniche, naquilo que para mim era o melhor e que acredite que por si tenho uma grande estima pessoal.

Aos senhores Vereadores no ativo, sei bem do vosso grande empenho dando o melhor, na ótica de cada um, naturalmente, por Peniche. Naturalmente que politicamente menos interventivos nesta Assembleia, por normal funcionamento da mesma, com a exceção do senhor Vice-Presidente, que nunca perdia, nem perdeu hoje, uma oportunidade para intervir, curiosamente, dando sempre nota do que tinha feito e nunca falando do que faltava fazer ou não tinha conseguido fazer.

Caros colegas da Assembleia Municipal, com muitos de vós também estive muitas vezes em desacordo, mal seria se assim o não fosse. Não duvido, no entanto, que a todos nos movia o

mesmo objetivo, de todos vós, sem exceção, creiam que levo comigo as melhores e boas recordações desta casa.

Lamentavelmente, a princípio por questões de saúde e, depois, por questões profissionais, neste mandato que agora termina, fui um faltoso desta Assembleia. Não me foi possível dar o acompanhamento que queria e que deveria ter dado. Seguramente por esse motivo, não fui mais considerado válido para aqui permanecer. Certamente que outros virão que melhor farão, diz sempre o nosso bom povo.

É costume dizer-se que tudo na vida tem um custo. É verdade! Mas, dizer sempre aquilo que pensamos não pode, em democracia, ter um preço, não pode ser um custo na nossa vida, isso eu rejeito.

Se me for permitido, gostaria de dar um conselho aos mais novos, ou melhor, fazer um apelo. O futuro é vosso, construam-no o melhor que souberem e puderem, seguramente, melhor do que a minha geração o fez, mas, por favor, não abandonem os mais velhos. Eles têm sempre alguma coisa para dar, fruto da experiência da vida, para construir todos somos poucos, vocês jovens um dia serão os mais velhos, nunca esqueçam isso. Renovar na política não pode, nem deve, significar marginalização. Não deixem que o poder vos cegue. Na política ele, o poder, é importante, é muito importante, resta saber, quando o temos, ao serviço de quem o pomos.

A todos que se candidatam a novos mandatos, naturalmente que não vos vou desejar felicidades e sucessos, seria hipocrisia. Esses votos formulo apenas àqueles que, tal como eu, partilham de um ideal social-democrata. Não tenho, no entanto, qualquer dúvida que todos vós, passado este período de luta política, se envolverão no árduo trabalho de desenvolvimento da nossa terra. Tragam os nossos filhos para cá. Eu sei, até porque vos conheço a todos, que tudo farão para que assim aconteça.

Representei esta Assembleia Municipal, durante dois mandatos, na Assembleia Intermunicipal do Oeste, aí também tentei sempre dar o meu melhor, dignificando o órgão que representava, que era esta Assembleia. Felizmente, mais assíduo, até porque a periodicidade e o prazo de marcação das reuniões assim o permitia.

Resta desejar-vos a todos um futuro pessoal cheio de sucessos, bem hajam pela paciência de me ouvirem e que viva Peniche. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que, depois daquela intervenção, tinham ficado todos um bocadinho a pensar que o senhor José Leitão tinha traduzido nas suas palavras alguns sentimentos que os atravessavam a todos e, por isso, o felicitava. Acrescentou que a participação cívica não acabava com as participações na Assembleia Municipal, assim todos esperavam.

Américo Gonçalves (PS):

Disse que:

Iria falar o jovem de sessenta e seis anos, que não se iria despedir, porque era cabeça de lista à Assembleia Municipal pelo Parido Socialista e que, de certeza absoluta, iria estar na Assembleia Municipal no mandato seguinte, se tudo corresse bem ao nível da sua saúde, porque o PS, elegeria, pelo menos, um candidato, pelo que pensava estar mais quatro anos como membro da Assembleia Municipal de Peniche;

As questões que tinha para colocar ao senhor Presidente da Câmara seriam muito rápidas e não queria entrar em considerandos em relação à publicidade partidária ou propaganda eleitoral, como quisessem chamar;

Em primeiro lugar, queria agradecer ao senhor Presidente da Câmara, porque, felizmente, chegou um chuveiro à praia da Gamboa, chegou apenas no mês de agosto, mas chegou, e era igual ao do ano anterior. Na sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal tinha perguntado ao senhor Presidente da Câmara quando seria colocado o chuveiro na praia da Gamboa, tinha sido colocado depois da Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem, mas chegou, pelo que fazia o agradecimento;

Não se iria pronunciar sobre algumas questões que tinham sido colocadas;

Gostaria de perguntar qual era o ponto da situação, visto que ele próprio tinha estado na área da educação durante muitos anos, nomeadamente em relação às escolas do primeiro ciclo e jardins de infância, porque uma das coisas que o tinham preocupado, no ano passado, tinha sido a célebre providência cautelar da escola do Casal da Vala, de que ainda não se conhece a decisão final;

Tinha ficado um bocado preocupado, porque a Câmara Municipal iria comparticipar em cinquenta mil euros a substituição do piso do Pavilhão Polivalente, mas ele também se interrogava sobre o que iria acontecer ao piso do Pavilhão D. Luís de Ataíde, que era propriedade do Município. Seria que iriam, de uma vez por todas, resolver o problema daquele piso sintético? Porque, para além da prática dos alunos da escola, também tinha a prática de utentes do Município de Peniche. Gostaria de saber o ponto de situação em relação àquela questão. Apenas fazia aquele reparo porque, durante os últimos quatro anos, ele próprio tinha sido das pessoas que mais vezes tinha colocado nas sessões da Assembleia Municipal o problema da casa mortuária do Município de Peniche. Havia dois anos que a casa mortuária do Município de Peniche quase não tinha funerais e, depois, a Câmara Municipal entregava à Paróquia um subsídio de cinquenta mil euros, o que não conseguia entender.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que começava por dar uma palavra ao senhor José Leitão. Antes de ter sido eleito Presidente de Câmara Municipal, já tinham uma relação forte e, já tinha dito uma vez à Assembleia Municipal, que se recordava e que permaneceria também para a sua memória, no quadro relacional, que tendo ambos sido concorrentes às mesmas eleições autárquicas, estava o senhor José Leitão como Governador Civil de Leiria e tinham tido uma cooperação fantástica. Continuava a pensar naquilo que tinha sido o Ano Europeu da Pessoas com Deficiência, em 2003, o que tinha bem preciso e nunca seria apagado por uma ou outra questão que pudessem ter tido. Tinham tido uma discordância forte relativamente às considerações sobre a questão de etnia cigana, tinha sido esse o tema, mas a grande estima pessoal era reciproca. Sobre os outros aspetos não se iria pronunciar.

Disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, que também tinha por ele uma estima pessoal, não estavam no mesmo nível que o senhor José Leitão, por muitas outras razões, mas havia uma estima pessoal e achava que de respeito. O senhor Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador, responderia às questões relativas à empresa Infraestruturas de Portugal. Tinha acompanhado o grande desinvestimento que a empresa Infraestruturas de Portugal tinha tido ao longo de décadas, no que dizia respeito às questões do Município de Peniche, nomeadamente na intervenção na Estrada Nacional 114, e o senhor Vice-Presidente daria conta daquilo que tinham sido os últimos desenvolvimentos, particularmente sobre o processo relacionado com o IP6, no troço que estava mais condicionado, tendo havido a

necessidade de ter ações fortíssimas de desagrado perante instâncias mais superiores.

Relativamente ao edifício adquirido pelo Município, localizado no Largo de São Leonardo, na vila Atouguia da Baleia, conhecido como Loja dos Vala, disse que assumia que estava em falta para com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, mas apenas porque não tinha conseguido ter disponibilidade para dar andamento ao processo, o que pretendia superar. Acrescentou que estava implícito o seu pedido de desculpa por não ter conseguido ainda dar andamento ao processo.

Relativamente à intervenção do senhor Américo Gonçalves, disse que mais vale tarde do que nunca. Concordava que tinham demorado tempo a instalar o chuveiro na praia da Gamboa, mas não tinham conseguido fazê-lo de outra forma, e não era por qualquer desconsideração. O senhor Vice-Presidente, Jorge Amador, na qualidade de responsável pelo Pelouro da Educação, falaria sobre o ponto de situação do ano letivo. O senhor Américo Gonçalves tinha feito uma ligação entre assuntos, mas como dizia um antigo presidente da Câmara Municipal de Peniche: "*uma coisa era uma coisa, outra coisa era outra coisa*". A deliberação que a Câmara Municipal tinha tomado, para atribuição de um subsídio para comparticipar financeiramente a substituição do piso do Pavilhão Polivalente, era justíssima, e não iria fazer mais considerações sobre o assunto. Contudo, reafirmava que tinha sido injusta a atitude da igreja relativamente à comunidade de Peniche, no que dizia respeito à questão do investimento que o Município tinha feito com a construção de uma casa mortuária, uma obra que tinha sido validada também pela igreja, mas tinha tido um recuo, ao não assumir os compromissos que tinham sido tomados.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que:

Relativamente ao conjunto de questões que tinham sido colocadas, queria começar pelo senhor José Leitão, até porque o senhor José Leitão tinha exercido funções que, ele próprio, estava a exercer, mas não só por isso, mas também por laços de amizade que se iam criando. Existiam mais amigos para além das pessoas que tinham nos próprios partidos, e o senhor José Leitão era um dos amigos que ele tinha, naquele caso, no Partido Social Democrata. Por tudo aquilo que tinha sido dito na sua intervenção, recordava, também, em termos particulares, aquando da sua passagem pela Freguesia da Serra d'El-Rei e pela Vice-Presidência da Anafre, tinham tido sempre uma ótima relação, assim como na Câmara Municipal, sempre com as divergências normais de quem estava de um lado e do outro, mas, obviamente, com respeito, porque essa era a questão essencial de quem exercia funções como eles exerciam no poder local. Era natural que ele não respondesse por aquilo que não fazia, porque, o poder local era uma obra inacabada, era por isso que havia programas eleitorais de quatro em quatro anos, porque havia sempre mais coisas para fazer;

Segundo informação que a empresa Infraestruturas de Portugal lhe tinha prestado e que ele já tinha transmitido à Câmara Municipal, estava previsto que os semáforos fossem retirados no decorrer daquele mês;

A rotunda de Ribafria estava a ser intervencionada;

Relativamente à rotunda de Porto de Lobos, do conjunto de questões que tinham colocado, no mês de julho, à empresa Infraestruturas de Portugal, em reunião realizada

nos Paços do Município, tinham demonstrado, desde logo, apreensão por alguém ter dito, numa sessão da Assembleia Municipal, que havia a ideia de fazer uma intervenção, não tendo a Câmara Municipal conhecimento do projeto, tendo a empresa garantido que não existia nenhum projeto, o que também não deixava de ser mau, porque o que a presidência da Câmara Municipal queria era que a rotunda fosse objeto de uma intervenção significativa. A questão do desnível nunca tinha merecido o acordo da Câmara Municipal e, por isso, continuaria a ser, certamente, uma das questões essenciais para o mandato seguinte;

Relativamente a outros aspetos, que tinham sido colocados pelo senhor Américo Gonçalves, concretamente sobre o ano letivo, estava tudo a decorrer com muita tranquilidade. O Jardim de Infância do Casal Moinho iria ser transferido para a Escola do Casal da Vala. O Centro Escolar de Atouguia da Baleia estava a andar em termos de obra, com uma velocidade bastante apreciável. Tinham sido feitas várias melhorias no parque escolar, particularmente na Escola e o Jardim de Infância de Bufarda e, naturalmente, nos outros estabelecimentos de ensino, como era habitual, com intervenções de conservação e manutenção;

Relativamente à pergunta que o senhor Américo Gonçalves tinha feito sobre o Pavilhão D. Luís de Ataíde, tinha sido feita uma nova intervenção no piso, em articulação com a associação Peniche Amigos Clube, para minimizar os problemas que o piso tinha.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que que o senhor Presidente da Câmara se tinha esquecido de responder a duas questões, concretamente a da ponte entre os lugares de Bôlhos e de Ribafria e a dos matos que eram da responsabilidade da Câmara Municipal, por estarem em espaços propriedade do Município.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que:

Relativamente à questão dos espaços com mato, tinham feito as intervenções que eram possíveis, relativamente aos meios que o Município tinha. Portanto, alguns tinham feito, aqueles que eram identificados como principais, tinham-no feito, outros, obviamente, não tinham conseguido. Mas, aquilo que fosse identificado como prioritário, e ainda dentro daquele mandato, com a colaboração do Serviço Municipal de Proteção Civil, agradecia que fosse feito, para que pudesse ser feita a limpeza.

Relativamente à ponte entre os lugares de Bôlhos e de Ribafria, tinha havido intervenções feitas posteriormente, a montante e a jusante do próprio rio, por causa do sistema ao nível da estação de tratamento, que, de alguma forma, tinham ajudado a consolidar. Acreditava que, pela forma como tinha sido colocada a questão, iria proceder a uma nova avaliação da situação, face à informação que tinha sido dada e à manifestação de preocupação, que, obviamente, sendo uma matéria de proteção civil, lhe competia dar indicação para isso.

Vítor Mamede (PS):

Disse que:

Iria falar o jovem Vítor Mamede, de sessenta e seis anos, que, se não houvesse nenhum cataclismo, despedia-se, naquele dia, das lides autárquicas, com muito gosto;

A primeira questão era para o senhor Presidente da Câmara, e gostava de lhe perguntar se já tinha refletido sobre o que se passava com a acessibilidade das viaturas da Santa Casa da Misericórdia de Peniche às suas instalações, sitas no Largo 5 de Outubro, em Peniche. Ao passar naquele largo, viam-se carros estacionados, mas as funcionárias da Santa Casa da Misericórdia tinham de ter as viaturas no meio da via, no sítio por onde o trânsito deveria circular, para conseguirem descarregar. Contudo, a cem metros, existiam as instalações de uma outra instituição, que tinha aberto recentemente, e a quem tinham sido concedidos alguns lugares de estacionamento. Poderiam discutir sobre a necessidade da quantidade de lugares de estacionamento reservados, mas a Câmara Municipal tinha feito o que era a sua obrigação, destinando alguns lugares de estacionamento para cargas e descargas para o serviço da instituição, contudo, no Largo 5 de Outubro, não tinha feito o mesmo. Gostava que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse a Assembleia Municipal do motivo da referida dualidade de tratamento;

Relativamente às questões que já tinham sido colocadas naquela sessão da Assembleia Municipal, ele próprio tinha de dizer que, para si, todas as pessoas que exerciam cargos autárquicos, fossem de que nível fossem ou em que zona do poder autárquico estivessem, davam o máximo de si próprias. Tinha sido assim que ele próprio tinha feito e era assim que entendia que todas as pessoas faziam. Era evidente que havia pessoas que tinham mais condições do que outras para desenvolverem o seu trabalho. Ao longo dos últimos quarenta anos, as situações e condições tinham-se alterado. Entre Assembleia Municipal e Câmara Municipal, já estava nas lides autárquicas havia cerca de quarenta anos;

Para se escrever a história do que tinha sido o poder autárquico em Peniche, tinha de se conhecer essa história. Quem não a soubesse, deveria perguntar a quem a viveu, ele próprio poderia dar alguns apontamentos do que se lembrava;

Um jovem, entre os vinte e cinco e os trinta anos, acharia impossível que as escolas do primeiro ciclo, nomeadamente fora da cidade de Peniche, não tivessem um telefone, e o professor, se houvesse o azar de um aluno ter um acidente, tinha de ir ao café da esquina pedir para telefonar para os bombeiros para pedir assistência para o seu aluno. Era evidente que, para o mundo do ano 2017, era impossível, mas era uma realidade no concelho de Peniche até aos anos noventa do século XX. Não havia uma mala de primeiros socorros nas escolas, nomeadamente na zona rural. Uma vez, uma professora do primeiro ciclo e diretora de uma escola, quase que a chorar, disse-lhe que tinha ido à Câmara Municipal mendigar um subsídio para a limpeza da escola onde trabalhava. A escola era uma estrutura municipal e a professora tinha ido mendigar, porque não era entendido como um direito que a escola tinha, a Câmara Municipal, por acaso, resolvia ceder algum dinheiro para a limpeza das escolas onde os filhos dos munícipes andaram. Era a realidade que havia há vinte anos;

Se ele dissesse a um jovem, entre os vinte e cinco e os trinta anos, que vinte anos antes não havia uma piscina municipal em Peniche, quando em quase todos os concelhos já existiam piscinas, e até havia um presidente de câmara, que já estava em outras instâncias do poder, que tinha plantado piscinas municipais em cada uma das freguesias do seu concelho, esse jovem não acreditaria, mas era a verdade. Em Peniche não havia piscina porque, na altura, lembrava-se vagamente porque também estava na Assembleia Municipal, havia pessoas que diziam que não era necessária uma piscina em Peniche,

porque existia a maior piscina que havia no mundo, que era o mar. Para as pessoas daquele tempo o mar servia para a prática da natação;

Se ele dissesse aos jovens que a menina dos olhos de Peniche, em termos de educação, não obstante a educação ser toda digna, mas que a menina dos olhos de muita gente, que era a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, tinha estado para fechar, havia cerca de quinze anos, porque um ministro do ensino superior, chamado Pedro Lince, do Governo do senhor Durão Barroso, pretendia e fazia questão de fechar a escola, esses jovens também não iriam acreditar. Graças a Deus, o referido Governo extinguiu-se e a escola continua em Peniche, mas custou muito às pessoas daquele tempo, da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, lutar para que a escola ficasse;

Julgava que as pessoas, os jovens e os menos jovens, eram todos úteis, desde que que se esforçassem, dessem o melhor de si e, acima de tudo, de preferência, que fossem competentes, porque era aí que se viam as pessoas, entre a competência ou a incompetência. O ser jovem ou menos jovem dependia de vários fatores, como tinha dito o senhor Rogério Cação. Havia jovens de setenta anos e havia indivíduos de vinte anos que estavam para entrar no sítio para onde haveriam de caminhar;

Queria aproveitar para se despedir de todos e desejar a todos as maiores felicidades. Sobre os que se iriam candidatar, não tinha dúvidas que os que fossem eleitos iriam dar o melhor de si pelo futuro do concelho de Peniche, cada um com o seu ponto de vista, mas iriam lutar, porque tinha sido assim que ele próprio se tinha habituado a ver os autarcas em Peniche.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que aquele dia estava a ser muito emotivo e desejava as maiores felicidades pessoais ao senhor Vítor Mamede. Acrescentou que sabiam que o gosto pela participação cívica era evidente e iria continuar.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

Queria começar por dar um abraço ao senhor José Leitão e ao senhor Vítor Mamede. Não comungava de algumas das coisas que eles tinham dito, porque, muitas vezes, era mesmo diferente. Achava que muitos autarcas não davam o melhor de si, achava que havia autarcas, ao longo dos últimos anos, que deveriam ter dado muito mais do que tinham dado. Ele tinha a visão de que havia autarcas que, às vezes, passavam por serem vereadores sem nunca perceberam o que era ser vereador, pelo que ele não poderia dizer ou subscrever algumas das coisas que os senhores José Leitão e Vítor Mamede tinham dito;

Não sabia que deveria ter levado o seu curriculum autárquico para aquela sessão da Assembleia Municipal. Julgava que havia algumas coisas que não estavam corretas em relação ao seu curriculum. Tinha tido um interregno, que não tinha dado para refletir como deveria. Mas, havia uma coisa que tinha percebido, o senhor Ademar Marques já tinha lido o programa da candidatura aos órgãos autárquicos do concelho de Peniche por ele liderada, porque lhe tinha feito muitas referências, o programa era extenso, mas o senhor Ademar Marques tinha lá ido retirar algumas coisas;

Havia coisas que não percebia. Ainda não o tinha feito, mas estava tentado a fazer a média das idades dos candidatos das listas à Câmara Municipal e aos outros órgãos. A

lista à Câmara Municipal em que ele era candidato e que liderava, se calhar, seria a lista mais jovem, em termos de média, não sabia, provavelmente nas outras listas acontecia o mesmo. O problema não era esse, o senhor Vítor Mamede tinha tocado na perdigota e, às vezes, havia razões para se discordar;

Havia membros das listas da candidatura por ele liderada que, provavelmente, iriam fazer parte da Assembleia Municipal pela primeira vez, no próximo mandato, mas, nem sequer se lembrou, porque não tinha vindo com muita vontade para a sessão da Assembleia Municipal, de os convidar a assistir. Ainda bem que não os tinha convidado, porque teriam ficado a perceber o motivo de os membros da Assembleia Municipal levarem tantos anos a conversar e, às vezes, os resultados serem muito poucos. Dizia aquilo, havia muito tempo, não era apenas naquela circunstância, se calhar, tinha dito ao longo dos últimos três mandatos. Aquele era o seu quarto mandato consecutivo como membros da Assembleia Municipal de Peniche;

Assumia todas as suas responsabilidades como autarca, mesmo aquelas coisas menos boas que tinha feito. Tinha engolido muitas coisas, se calhar, era o membro da Assembleia Municipal que tinha tido mais incómodos ao longo dos últimos anos, não só nos quatro anos anteriores. Teria assim tantas responsabilidades enquanto presidente de uma junta de freguesia? Poderia ter noutros meandros, em outros contextos, mas como presidente de junta de freguesia? Se havia uma coisa que tinha aprendido, havia uns anos, ou tinha reaprendido, era que, ou se tinha, efetivamente, o poder executivo do Município ou, então, apenas se teria a mania que se influenciava esse poder, mas, na realidade, não se influenciava nada. Por isso, dizia muitas vezes que o poder deveria ser usado para se fazer aquilo em que acreditavam. Por vezes, ajudavam a colocar pessoas no poder e, depois, efetivamente, não as conseguiam influenciar em relação aos programas que tinham sujeitado ao eleitorado e àquilo em que acreditavam e, naturalmente, esses apoiantes não poderiam ser responsabilizados pelas decisões da Câmara Municipal, uma vez que não faziam parte daquele órgão. Aliás, era um equívoco que, às vezes, o próprio povo tinha, em relação às juntas de freguesia, de que os seus membros participavam nas reuniões das câmaras municipais, os seus membros não participam nas reuniões das câmaras municipais;

Houve decisões que tinham sido tomadas, nomeadamente naquele mandato, algumas, havia pouco tempo, com que ele não concordava e que, se fosse eleito presidente da Câmara Municipal, ou mesmo vereador, iria propor que algumas delas fossem reanalisadas. Já o tinha dito publicamente, aliás, algumas delas estavam assumidas nos programas da candidatura de que fazia parte e que liderava, já eram públicas. Havia outras coisas, mas que não eram referidas, nem nas intervenções que já tinham sido feitas naquela sessão da Assembleia Municipal, nem no passado, por vezes, eram apenas afloradas. Havia outras questões que, se quisessem ser sérios, se quisessem, efetivamente, representar os legítimos interesses do povo da sua terra, não as poderiam omitir. O que era certo era que havia omissões e essas omissões eram, por vezes, graves, e parecia que não se queria falar delas, porque nunca se fala delas, a não ser na porta detrás ou numa reunião de menor responsabilidade;

Interessava-lhe pouco, naquele momento, estar a perder tempo com os responsáveis autárquicos que ainda estavam no exercício do seu poder, para fazer isto e fazer aquilo, porque eram coisas que, no fundo, eram a tal politiquice, que já se sabia que

não iria dar em nada, porque já nem sequer teriam tempo para fazer a maior parte das coisas que estavam a apresentar;

Cada um deveria mudar o seu comportamento, nos diversos órgãos autárquicos a que pertenciam, para tentar, com uma atitude pedagógica, em relação aos jovens que os acompanhavam nas candidaturas, passar a aprendizagem que tinham. Sentia-se muito feliz e muito motivado pelos jovens que o acompanhavam na candidatura e tinha a esperança de que seriam eles a fazer a grande mudança, como era a palavra de ordem da sua candidatura. Não se tratava apenas de uma palavra de ordem, parecia que todos se tinham esquecido que uma das coisas que era evidente na sociedade penicheira, ou penichense como outros dizem, era uma grande ansiedade de mudança, porque todos tinham avançado com as campanhas eleitorais e tinham-se esquecido da mudança. A mudança estava a ser protagonizada pela candidatura que tinha entrado mais tarde na corrida;

Que ficasse claro que, se queriam responsabilizar o senhor Henrique Bertino, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, em relação a um conjunto de situações, nomeadamente decisões, e algumas delas de grande responsabilidade, que tinham sido assumidas por unanimidade, não contassem com ele, porque ele não concorda com isso. Cada um no seu lugar, ele era Presidente da Junta de Freguesia de Peniche e não era vereador da Câmara Municipal de Peniche. Cada um tinha de assumir as suas responsabilidades e, se quisessem entrar por esse campo, teriam de, publicamente, assumir algumas responsabilidades das decisões que tinham sido tomadas, algumas delas havia muito pouco tempo e que deveriam ter sido deixadas para o mandato seguinte, como já tinha dito na sessão anterior da Assembleia Municipal.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Em relação ao que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peniche tinha acabado de dizer, ainda não tinha recebido o programa eleitoral da sua candidatura, tinha visto que estava publicado na Internet, mas não tinha tido a oportunidade de o ler. Se tinha dito alguma coisa que estava referida no programa, tinha sido por acaso, porque não o tinha lido;

Relativamente à média das idades da equipa, preocupava-se muito mais com o conhecimento que as equipas tinham da realidade do concelho do que com a média das idades e tinha a certeza que a equipa do Partido Social Democrata tinha esse conhecimento;

Na intervenção que tinha feito na sessão comemorativa dos quarenta anos do poder local, em 25 de abril de 2015, tinha tido o cuidado de referir que todos os autarcas, e tinha referido o nome de todos os presidentes eleitos, por todos os partidos, que ainda estavam vivos, tinham um mérito incrível naquilo que tinham dado da sua vida para o concelho;

Conhecia, obviamente, melhor a história do senhor José Leitão do que do senhor Vítor Mamede, e também sabia que, mais do que aquilo que era a vida havia vinte e cinco ou trinta anos, naquele momento, o que importava era ver o que faltava e o que era preciso para avançarem, e não relembrar, constantemente, o que tinha faltado havia vinte anos. Tinham de se lembrar do que faltava naquele momento e do que era preciso fazer para que as pessoas de Peniche tivessem qualidade de vida;

Como líder da bancada do Partido Social Democrata, gostaria de saudar a notável carreira de serviço público do senhor José Leitão, que, certamente, não acabava com o fim do mandato, porque o serviço público e o serviço cívico iam muito para além da pertença circunstancial aos órgãos autárquicos, e a sua grande capacidade de intervenção. A grande qualidade das suas intervenções, na Assembleia Municipal, tinha sido sempre, para si, uma inspiração e, certamente, para outros membros da Assembleia Municipal. A social democracia de Peniche nunca deixaria de o ter como referência, independentemente, como disse, da sua pertença aos órgãos autárquicos.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse ao senhor Vítor Mamede que, relativamente ao Largo 5 de Outubro e à Rua José Estevão, em Peniche, a Câmara Municipal tinha tido uma reunião coletiva com os subscritores do abaixo-assinado e tinha aprovado um conjunto de alterações, entre as quais as que tinham sido referidas. A prioridade, naquele momento, era o parque escolar e, assim que o ano letivo estivesse aberto, iriam intervir no sentido daquela regularização.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nenhum dos cidadãos presentes manifestou intenção de intervir.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, tendo apenas usado da palavra o senhor Presidente da Câmara, António José Correia (CDU), que fez a apresentação do documento.

2) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O PLANO URBANIZAÇÃO DO VALE DO GROU:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Fez a apresentação política da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 31 de julho de 2017.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Perguntou se, no período de participação pública, tinha havido alguma questão relevante que fosse de destacar e, em caso afirmativo, qual tinha sido a solução adotada.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que as questões que tinham sido colocadas tinham sido apreciadas e que o senhor Jorge Carvalho, empresa Jorge Afonso Carvalho, Urbanísticas, L.da, contratada pelo Município para prestar serviços na área do planeamento urbanístico, daria mais informações sobre o assunto.

Jorge Carvalho, Técnico de Planeamento Urbanístico:

Disse que:

Tanto quanto se estava a recordar, tinha havido apenas três observações no processo de participação pública;

Uma delas era uma pretensão para se manter e legalizar uma pecuária, o que, obviamente, era incompatível com a opção de desenvolver naquela zona uma área de atividades industriais, portanto, tinha sido recusada;

A segunda era relativa à expansão da zona industrial, exatamente para além da linha de água que estava muito próxima da Estrada Nacional e, sendo que a linha de água era o limite natural da zona industrial, além de ser Reserva Ecológica Nacional, também não era uma coisa que pudesse ser aceite, até porque a área já tinha uma dimensão significativa;

A terceira era da empresa Hortapronta, que pretendia uma pequena expansão para desenvolvimento da atividade, num local, aliás, que já tinha comprado e estava a utilizar, o que lhe pareceu uma coisa perfeitamente aceitável, até porque era ao longo de uma estrada que já existia, mas que tinha que ser concluída a infraestrutura. Mesmo assim, tinham sugerido que a pretensão da empresa não fosse aceite, naquele momento, no Plano de Urbanização do Vale do Grou, porque, como era Reserva Ecológica Nacional e estava a ser discutida toda a reformulação da Reserva Ecológica Nacional, iriam atrasar, enormemente, outra vez, o processo. Tinham proposto que a pretensão viesse a ser aceite na revisão ao Plano Diretor Municipal, que estava em curso, e parecia-lhes que era de aceitar, até porque pressupunha o aproveitamento de infraestruturas que, de qualquer forma, tinham de ser feitas. Estava na Reserva Ecológica Nacional, mas era uma área de infiltração e era uma área que a sua delimitação era mais discutível e menos intensa.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, embora achasse que não havia nenhum impedimento legal, enquanto acionista da empresa Hortapronta, não iria participar na votação.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

Iria pronunciar-se como refleção em termos de futuro;

Fazia-lhe confusão e incomodava-o que, passados muitos anos a falar no Plano de Urbanização do Vale do Grou, não se tenha provocado, dinamizado ou procurado uma intervenção pública, não daquelas que estavam previstas na lei e em que participava quem estava mais interessado, mas uma participação pública numa procura de aproximação dos muitos proprietários daquela grande área, sobretudo sabendo que tinha havido pessoas que tinham investido naquela zona, propositadamente, com expectativas de negócio e de rentabilidade;

Iria votar a favor, naturalmente, ao fim de tantos anos, não lhe restava alternativa,

mas estaria muito mais tranquilo se tivesse consciência efetiva do que ali estava. Quais eram as potencialidades daquele terreno ou se não iriam estar a fazer grandes investimentos e o resultado poderia não ser o desejável;

Se soubessem quem eram os proprietários que estavam disponíveis para negociar os seus terrenos, os proprietários que estavam à espera de poder utilizar os seus terrenos e aqueles que não estavam disponíveis para isso, estariam, provavelmente, numa situação muito mais cómoda. Aquela abordagem estava no programa eleitoral de que era responsável;

Poderiam estar a tomar uma decisão e, passado algum tempo, chegarem à conclusão que não era o que desejavam e que teriam que partir para outra área, porque aquela área não ficaria disponível como entendiam. Poderia ser desconhecimento seu, mas era a sua sensibilidade.

Rogério Cação (CDU):

Disse que:

Achava que o que havia a realçar era a importância que tinha aquele momento, porque, independentemente do tempo que se tinha demorado, tinha sido um processo complexo, por natureza, o facto de estarem a decidir a criação de um espaço que podia ser, e seria certamente, um espaço de grande importância para o desenvolvimento económico do concelho, deveria merecer um registo extremamente positivo;

Portanto, parecia-lhe que era essa parte que se deveria registar, bastava olhar para os objetivos que estavam subjacentes àquele plano de urbanização, nomeadamente aumentar a atratividade do concelho de Peniche, concretizar a zona industrial e empresarial do Vale do Grou e ordenar e estruturar a ocupação do Vale do Grou;

Com o Plano de Urbanização do Vale do Grou, haveria um conjunto de portas que se abririam, o que merecia um registo especial;

Quanto ao que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peniche tinha dito, também achava que quanto maior e mais ampla fosse a discussão pública, obviamente, maiores eram os contributos e julgava que esse seria um objetivo de, praticamente, todas as candidaturas à eleição dos órgãos autárquicos do Município de Peniche;

Ele próprio, por exemplo, era um grande apologista da participação cívica das pessoas em tudo o que eram as grandes decisões que eram estruturantes para o concelho;

Aquela era, de facto, uma decisão estruturante, o que era de sublinhar;

Estava convencido que todos gostariam de ter aprovado o Plano de Urbanização do Vale do Grou, anteriormente, mas era o tempo que era possível e saudava aquele momento, porque era um momento extremamente positivo para o concelho de Peniche.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Agradeceu a disponibilidade da equipa de técnicos para estarem presentes na sessão da Assembleia Municipal.

Disse que, sublinhando as palavras do senhor Rogério Cação, todos os instrumentos de gestão do território eram muito importantes para todo o concelho.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Agradeceu à equipa de técnicos por ter estado na sessão da Assembleia Municipal.

Disse que a aprovação do Plano de Urbanização do Vale do Grou era um passo muito positivo, relativamente ao concelho, e que permitiria que todos os proprietários se pudessem organizar, por setores, para poderem concretizar investimentos.

Deliberação n.º 33/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e dois (23) votos a favor, aprovar o Plano de Urbanização do Vale do Grou.

O senhor Ademar Marques (PSD) não estava presente na sala aquando da votação deste ponto da ordem do dia.

3) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TERCEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2017:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, António José Correia (CDU), que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 8 de agosto de 2017.

Deliberação n.º 34/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, por maioria, com dezanove (19) votos a favor, dos membros da Assembleia Municipal eleitos pela Coligação Democrática Unitária (11) e pelo Partido Socialista (7) e da senhora Maria João Avelar, eleita pelo Partido Social Democrata, e cinco (5) abstenções, dos restantes membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata, aprovar a terceira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche de 2017, aprovado pela Assembleia Municipal, em 7 de dezembro de 2016, tendo a primeira e a segunda alterações sido aprovadas pelo mesmo órgão autárquico, em 27 de abril de 2017 e 4 de julho de 2017, respetivamente, no sentido de passar a contemplar mais quatro postos de trabalho de técnico superior, para exercerem as funções de professores nas Atividades de Enriquecimento Curricular, com relação jurídica de emprego público por tempo determinado, para o Setor de Educação – Departamento Administrativo e Financeiro.

O original do documento agora aprovado ficou arquivado em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

4) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE ATOUGUIA DA BALEIA, PARA AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADORA:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, referente à proposta da Câmara Municipal aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 3 de julho de 2017, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que os pontos quatro e cinco da ordem do dia seriam apreciados em conjunto e, posteriormente, votados em separado.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que:

Discordava da metodologia, porque eram duas coisas distintas, votadas na Câmara Municipal em situações distintas e, portanto, discordava, porque eram coisas diferentes na sua natureza, e iria explicar porquê;

Uma primeira nota, era de pedido de compreensão, de desculpa, pelo facto de o assunto só estar a ser tratado naquele momento, mas era um compromisso que tinha sido assumido no quadro daquilo que tinham sido as negociações, as conversações, com vista à elaboração dos orçamentos. Tinha sido aquele compromisso que tinha estado presente na deliberação daquele apoio à Freguesia de Atouguia da Baleia, tomada pela Câmara Municipal, a 30 de junho de 2017;

Relativamente aos outros apoios, consideraram, e tinha sido esse o sentido maioritário da Câmara Municipal, porque a proposta apresentada à Assembleia Municipal tinha sido aprovada pela Câmara Municipal, que os únicos apoios que deveriam ser considerados eram exatamente a despesa com a manutenção do jardim do Casal Moinho e a despesa relativamente à comparticipação financeira para a aquisição de gasóleo num determinado momento, todos os outros aspetos não tinham sido considerados, por questões de equidade e por não se traduzirem em compromissos que a Câmara Municipal pudesse ter assumido, mas sim em decisões que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha tomado, aplicando os seus dinheiros;

O compromisso que tinham assumido, do ponto de vista negocial, em sede de preparação dos orçamentos do Município, tinha sido a comparticipação financeira para pagamento daquela máquina, e orgulhavam-se de estar a cumprir esse compromisso.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

Atendendo ao teor da intervenção do senhor Presidente da Câmara, era necessário fazer um enquadramento;

Aqueles dois pontos decorriam da apresentação, pela Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, de vários pedidos à Câmara Municipal;

A Assembleia Municipal estava a analisar um conjunto desses pedidos, que até tinham estado para ser analisados numa sessão extraordinária, em junho, e era por isso que a Assembleia Municipal estava a fazer aquela discussão em conjunto, mas eram, naturalmente, duas questões diferentes;

O que queria perceber era porque é que a Assembleia Municipal, considerando o enquadramento que o senhor Presidente da Câmara tinha feito, se deveria pronunciar sobre aquelas propostas, uma vez que, como o senhor Presidente da Câmara tinha dito,

os apoios decorriam de compromissos assumidos no âmbito dos contratos de delegação de competências celebrados entre os Município de Peniche e as freguesias do concelho;

Os dois pontos poderiam ser discutidos em conjunto ou separadamente, mas seriam votados separado.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que:

Naquela sessão da Assembleia Municipal estavam a ser apreciadas duas deliberações da Câmara Municipal, correspondentes aos pontos quatro e cinco da ordem do dia, tomadas em momentos distintos, uma primeira deliberação, tomada em 3 de julho, para atribuição um apoio financeiro à Freguesia de Atouguia da Baleia, no valor de quarenta mil, trezentos e quarenta e quatro euros, para comparticipação na aquisição de uma retroescavadora, que deveria ser apreciada e votada pela Assembleia Municipal por si mesma e tinha resultado de um compromisso negocial assumido aquando da preparação do orçamento do Município de Peniche. Por ter sido aquele o compromisso assumido, não tinham tido quaisquer dúvidas relativamente à sua apreciação;

Uma vez que o pedido tinha sido apresentado pela Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia em janeiro de 2016, e as respetivas faturas em julho de 2016, deveria ter sido apreciado pelos órgãos do Município mais cedo, mas não o tinham feito e, por isso, tinha apresentado um pedido de compreensão, contudo, compromisso assumido, compromisso votado;

Com aquela deliberação, de 3 de julho de 2017, tinham sido confrontados com mais coisas, uma lista muito significativa, na ordem dos cento e vinte mil euros, coisas de mandatos anteriores, mas que a presidência da Câmara Municipal nunca tinha assumido o compromisso apoiar. Por isso, a Câmara Municipal, de forma muito ponderada, com bom senso e razoabilidade, tinha decidido atender apenas às duas situações que estavam no ponto seguinte da ordem do dia e que faziam parte de uma outra deliberação, que tinha sido tomada em 28 agosto de 2017, para pagamento dos encargos com a manutenção com o jardim público da povoação do Casal Moinho, no período de janeiro a junho de 2013, e para comparticipação nas despesas com a aquisição de gasóleo, no ano de 2015.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que também achava que os pontos quatro e cinco deveriam ser apreciados em separado, mas tinha algumas dúvidas que o apoio para a aquisição da retroescavadora tivesse que ser votado pela Assembleia Municipal, porque, nos contratos de execução de competências delegadas, estava previsto o financiamento, por parte do Município, de cinquenta por cento na aquisição de equipamento, pelo que o assunto já tinha sido votado pela Assembleia Municipal. Aliás, já tinha havido muitos casos idênticos que não tinham sido apresentados à Assembleia Municipal, mas aquele, a presidência da Câmara Municipal tinha entendido que tinha de ser apreciado e votado pela Assembleia Municipal e gostaria de saber o motivo desse entendimento.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Solicitou à senhora Presidente da Assembleia Municipal que, se fosse possível, a senhora Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro justificasse a razão de o

assunto ter sido apresentado à Assembleia Municipal, porque, como era evidente, não tinha sido nenhuma imposição da Câmara Municipal, havia uma justificação que, seguramente, a referida dirigente estava em condições de a apresentar.

Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Josselène Nunes:
Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que os contratos de execução de competências delegadas, que tinham sido celebrados no início do mandato, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não contemplavam a comparticipação para aquisição de equipamento, apenas para a manutenção de equipamento, que era o que tinha sido pago pelo Município às freguesias apenas com deliberação da Câmara Municipal e em função da apresentação das respetivas faturas.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):
Disse que o artigo 7.º do contrato de execução de competências delegadas previa que, considerando o desgaste associado à utilização dos equipamentos, a Câmara Municipal se comprometia a comparticipar cinquenta por cento nas despesas de manutenção, até ao limite de quinze mil euros anuais.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):
Disse que o artigo 7.º dos contratos de execução de competências delegadas, celebrados entre o Município de Peniche e as freguesias do concelho, em maio de 2014, se referia à manutenção de equipamento, não à aquisição de novos equipamentos.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):
Disse que, não obstante o previsto no artigo 7.º do contrato de execução de competências delegadas, já tinha havido casos, com a própria Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, ainda o ano anterior, em que esta tinha adquirido uma viatura que tinha sido comparticipada em cinquenta por cento pelo Município e o assunto não tinha sido apresentado à Assembleia Municipal.

Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Josselène Nunes:
Disse que a comparticipação referida pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, na sua anterior intervenção, não tinha sido apresentada à Assembleia Municipal porque estava prevista no orçamento do Município de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):
Disse que a comparticipação que estavam a apreciar também estava prevista em orçamento e, por isso, tinha demorado tanto tempo. A máquina tinha sido adquirida no ano de 2016 e a comparticipação estava a ser apreciada em 2017.

Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Josselène Nunes:
Disse que, só vendo o processo, poderia prestar mais esclarecimentos.

Américo Gonçalves (PS):
Disse que:

Também defendia que se deveriam votar os pontos quatro e cinco da ordem do dia em separado;

Em relação àquela situação, que era um imbróglio, porque todos tinham os documentos remetidos à Assembleia Municipal, e só para aquela situação era uma molhada de papéis, a ata da Câmara Municipal dizia que o Partido Social Democrata tinha votado contra a proposta apresentada pela presidência da Câmara Municipal, e ele tinha pena que o Partido Socialista não tivesse também votado contra, porque o problema tinha ficado resolvido de uma vez por todas e não arderiam cinquenta mil euros do Município;

Já tinha dito em sessões da Assembleia Municipal, várias vezes, que lhe metia um bocado de confusão as juntas de freguesia, no final dos mandatos, não terem dinheiro em caixa, tinha também acontecido com o seu partido, mas nunca nenhum presidente de junta de freguesia tinha tido a coragem de dizer à Assembleia Municipal quanto dinheiro tinham em depósitos bancários;

Faziam as festas e depois pediam subsídios ao Município;

O que era de lamentar, naquele processo, era estarem no final de um mandato de quatro anos, que se tinha iniciado em 2013, e o processo ter documentos do ano 2006;

Se ele fosse presidente de junta de freguesia levantava-se e não votava nada, porque o que estava a acontecer, em relação à Freguesia de Atouguia da Baleia, só acontecia porque, no dia 1 de outubro, haveria eleições, se não fossem as eleições não aconteceria;

Estavam a discutir um pacote, a presidência da Câmara Municipal dizia toma lá cinquenta mil, o Partido Social Democrata dizia que deveriam ser cento e vinte cinco mil, e andavam a discutir o sexo dos anjos;

Não compreendia porque estavam a falar de dinheiros de mandatos anteriores e, se calhar, as outras juntas de freguesia também poderiam pedir dinheiro de despesas referentes a mandatos anteriores;

Se havia coisas que tinham sido discutidas em reunião com os senhores presidentes de junta de freguesia, porque não foram resolvidas nessas reuniões? Os membros da Assembleia Municipal tinham tido de ler toda a documentação daquele processo, onde havia documentos de autarcas de outros mandatos, e gostaria de saber para quê. Os mandatos tinham quatro anos e era dentro desses quatro anos que os assuntos do mandato tinham de ser discutidos, não tinham de andar a discutir assuntos de mandatos anteriores;

Os outros presidentes de junta de freguesia também tinham assuntos que não tinham sido resolvidos em mandatos anteriores e alguns deles, quando tinham recebido aqueles documentos, devem ter pensado porque não tinham feito a festa e depois tinham pedido o dinheiro ao Município;

Os presidentes de junta de freguesia deveriam ter a coragem de dizer assim: "*Acabei o meu mandato, não sei quem vem a seguir, e estão cinquenta mil ou estão sessenta mil.*", mas, se tinham dinheiro, não entende porque fizeram ou não acabaram as obras;

Tinha estado com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, na rua onde morava a sua filha, em Reinaldes, que era uma artéria que era uma vergonha, porque um carro poderia cair na valeta, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia tinha-lhe dito que aquilo era responsabilidade dos Serviços Municipalizados

de Água e Saneamento, quando apenas faltava um bocadinho de alcatrão, que a Junta de Freguesia poderia colocar, e, se calhar, um tubo que a Junta de Freguesia poderia resolver, uma coisa tão simples que se deixava por resolver;

A Junta de Freguesia estava a discutir algumas coisas que poderia resolver e não queria resolver, ele próprio tinha olhado para aqueles papéis todos e tinha pensado que, se fosse presidente de junta de freguesia, também queria, como era óbvio, ir buscar tudo o que se referisse a mandatos anteriores, como nos documentos que estavam a ser apreciados;

Na sua opinião, não era justo que se estivessem a apreciar assuntos de outros mandatos, achava que o que se deveria discutir eram os assuntos referentes ao mandato em curso;

Não tinha nenhum problema em votar a favor, o seu partido até tinha votado a favor na Câmara Municipal, e ele próprio iria vota a favor na Assembleia Municipal, só não conseguia perceber porque é que o Partido Social Democrata tinha votado contra na reunião da Câmara Municipal. Se o Partido Socialista também tivesse votado contra, eram menos cinquenta mil euros que a Freguesia de Atouguia da Baleia receberia. Achava aquela atitude do Partido Social Democrata qualquer coisa de surreal.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que gostava de saber se a Assembleia Municipal estava a discutir o ponto quatro ou o ponto cinco, porque lhe tinha parecido que o senhor Américo Gonçalves tinha feito uma apreciação do ponto cinco. Primeiro, deveriam resolver o ponto quatro e depois ele próprio responderia ao ponto cinco, porque não estavam a falar das mesmas coisas. O ponto quatro não tinha nada a ver com o ponto cinco.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que iriam resolver primeiro e apenas o ponto quatro.

Ademar Marques (PSD):

Disse que o senhor Américo Gonçalves deveria verificar qual tinha sido a votação do Partido Social Democrata na proposta do ponto quatro, porque o Partido Social Democrata não tinha votado contra. O Partido Social Democrata tinha votado contra a proposta do ponto cinco, que seria apreciada posteriormente. O voto contra na proposta do ponto cinco não tinha sido por motivos políticos, mas por motivos de discordância quanto ao método administrativo do procedimento. Quanto à proposta do ponto quarto, que era a comparticipação de cinquenta por cento na aquisição de uma retroescavadora, para que ficasse claro, o Partido Social Democrata, na Câmara Municipal, tinha votado a favor.

Deliberação n.º 35/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, que o Município de Peniche atribuísse um apoio financeiro à Freguesia de Atouguia da Baleia, no valor de 40 344,00 € (quarenta mil, trezentos e quarenta e quatro euros), para comparticipação na aquisição de uma retroescavadora.

5) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE ATOUGUIA DA BALEIA, PARA PAGAMENTO DOS ENCARGOS COM A MANUTENÇÃO DO JARDIM PÚBLICO DO CASAL MOINHO, NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2013, E PARA COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE GASÓLEO, NO ANO DE 2015:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, referente à proposta da Câmara Municipal aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 28 de agosto de 2017, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

José Leitão (PSD):

Disse que:

A senhora Josselène Nunes Teodoro, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município, tinha dito, durante a apreciação do ponto quatro, que aquele assunto teria, obrigatoriamente, de ser votado pela Assembleia Municipal, porque o contrato de execução de competências delegadas não previa a aquisição de equipamentos, previa apenas a manutenção. Agradecia uma justificação técnica para o ponto cinco, uma vez que o ponto cinco se referia à manutenção de jardins. Gostaria de saber se era por não estar incluído no contrato de execução ou por outro motivo diferente;

Julgava que, naquele mandato, tinha sido mais faltoso às sessões da Assembleia Municipal do que o senhor Américo Gonçalves, pelo que dizer-se que só estavam a falar da questão dos subsídios à Freguesia de Atouguia da Baleia porque estavam no fim do mandato e próximo de eleições, com o devido respeito, era estar presente e não ouvir as discussões. Sempre que ele tinha estado nas sessões tinha ouvido o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia referir-se ao dinheiro que o Município lhe devia;

Não tinha sido um assunto levado à Assembleia Municipal por questões eleitorais, porque tinha sido um assunto, regular e recorrentemente, referido pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, nas suas intervenções na Assembleia Municipal;

Com o devido respeito, parecia-lhe que não era justo reduzir a questão dos subsídios da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia a uma questão meramente de conjuntura política ou eleitoral daquele momento;

Também queria dizer ao senhor Américo Gonçalves que não fazia mal nenhum, na sua opinião, naturalmente, quem era ele para dizer o contrário, que se discutissem, naquele mandato, coisas que eram de outros mandatos. Ele próprio, com a sua juventude dos sessenta e quatro anos, tinha feito parte de um mandato, havia alguns anos, em que se tinha começado a discutir o Vale do Grou, assunto que tinha sido aprovado naquela sessão da Assembleia Municipal, e todos estavam contentes de o terem feito;

Os assuntos transitavam naturalmente e, se as dívidas à Freguesia de Atouguia da Baleia não estavam pagas num mandato, pagava-se no seguinte. A entidade que era devedora e a entidade que devia ser ressarcida eram as mesmas e permaneciam, podiam mudar as pessoas que as representavam, mas as entidades permaneciam. Estavam

habituados, no Município de Peniche, a que quem vinha a seguir honrasse os compromissos que tinham sido assumidos, o que achava muito bem;

Portanto, não vinha mal ao mundo que se discutissem assuntos que tinham transitado de outros mandatos.

Vítor Mamede (PS):

Disse que:

O Partido Socialista iria votar favoravelmente aquela proposta da Câmara Municipal, mas pensava que se poderia retirar daquele processo uma grande lição para os futuros presidentes de junta de freguesia e vereadores: as relações entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia deveriam ser muito claras e reduzidas a escrito, logo no início do mandato, para que não houvessem dúvidas;

De facto, não sabia se era o caso, nem era isso que estava em questão, mas uma junta de freguesia não podia resolver fazer um determinado tipo de obras e, depois, ir pedir o dinheiro ao Município para a pagar. O Município tinha um orçamento que tinha de ser cumprido e quem geria esse orçamento era a Câmara Municipal, não eram as juntas de freguesia. Tinha que haver uma relação muito clara entre as juntas de freguesia e a Câmara Municipal;

Também não deveria haver vetos de gaveta, porque, às vezes, as pessoas congelavam muitas coisas nas gavetas e essas coisas também não podiam acontecer. Se havia questões para serem resolvidas, tinham de ser resolvidas no momento, não era estarem em 2017 a falar de questões de 2006. O que se tinha andado a fazer durante todos aqueles anos? Tinham demorado tanto tempo para decidir aquele assunto. Então as pessoas não eram capazes de se sentar a uma mesa e decidir um assunto de uma maneira ou de outra? Julgava que se deveriam tirar ilações daquela confusão e dos procedimentos que havia no relacionamento entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Relativamente às ilações que se deveriam retirar daquela confusão, como o senhor Vítor Mamede tinha dito, ficara sem perceber de quem era o aproveitamento eleitoral de que o senhor Américo Gonçalves falara, nomeadamente, quem estava em falta, onde estavam as faltas de lealdade, onde estava a falta de equidade ou onde estava a equidade. Não sabia se o senhor Presidente da Câmara Municipal queria ser mais claro em relação àqueles aspetos;

O que se lembrava era que aquele assunto não era novo nas sessões da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha enviado aqueles documentos havia muitos meses e eram documentos que tinham sido enviados ao longo dos anos e que não tinham tido resposta da Câmara Municipal. Parecia-lhe um dado essencial, de que as pessoas se estavam constantemente a esquecer;

A lealdade tinha de ter dois sentidos. Lamentava discordar daquilo que alguns membros da Assembleia Municipal e vereadores pareciam defender, de alguma castração da atividade das juntas de freguesia em função daquilo que era a resposta, ou não, da Câmara Municipal aos seus pedidos. Se os fregueses de Atouguia da Baleia estivessem à espera do que a Câmara Municipal fosse fazer na freguesia, nunca veriam muitas das suas pretensões atendidas;

Ainda bem que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, independentemente da resposta, tinha indo fazendo as coisas. A mesma coisa poderia ser dita quer para o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peniche quer para o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, que havia bem pouco tempo, naquele mandato, tinham apresentado à Assembleia Municipal coisas de mandatos anteriores, para serem pagas àquelas freguesias, e não tinha visto ninguém preocupado com os assuntos da lealdade;

O senhor Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino, tinha dito, numa anterior sessão da Assembleia Municipal, que iria apresentar ao Município alguns assuntos do mandato passado, não sabia se tinha chegado a apresentar, mas tinha dito. Inclusive, disse que iria pedir à Câmara Municipal comparticipações para despesas do mandato passado que não tinha pedido, mas iria pedir. Aquele caso era diferente, eram comparticipações que tinham sido pedidas, desde o início, e não tinham tido resposta. Gostava de ter visto, naquela altura, a mesma entoação apaixonada na defesa da autonomia financeira das freguesias em relação à Câmara Municipal, mas só a estava a ver em relação à Freguesia de Atouguia da Baleia.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):
Disse que:

Uma das ilações que se poderia retirar de todo aquele processo era o próximo executivo municipal responder às juntas de freguesia. Existia um rol de ofícios da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia que nunca tinham tido resposta da Câmara Municipal;

Não era correto dizer que o assunto tinha sido apresentado à presidência da Câmara Municipal em véspera de eleições, para fazer campanha eleitoral. O ofício tinha sido enviado pela Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, à Câmara Municipal, no dia 10 de março de 2017, e apenas arrolava um conjunto de pedidos de apoio que tinham sido atempadamente apresentados e não tinham tido resposta. O assunto poderia estar mais do que discutido. O ofício que tinha enviado à Câmara Municipal dizia era no seguimento das propostas da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, de 30 de setembro de 2016, para apoio à Freguesia de Ferrel, e de 28 de fevereiro de 2017, para apoio à Freguesia de Peniche. Não tinha sido um assunto despoletado pela Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia. Sublinhava que existia um rol de ofícios enviados pela Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia à Câmara Municipal de Peniche;

Ele, como Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, recusava-se a votar aquele ponto, porque não se tratava de um apoio. A manutenção do jardim do Casal Moinho tinha sido um acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Peniche e a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e aquele valor já deveria estar pago desde o ano de 2013;

Quanto ao gasóleo, no ano de 2015, tinha faltado combustível no posto de abastecimento do Município e o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador, tinha mandado a Freguesia de Atouguia da Baleia ir abastecer-se a um posto público. Portanto, não se tratava de um apoio, pelo que ele se recusava a votar;

Aquelas duas despesas do Município tinham sido suportadas pela Freguesia de Atouguia da Baleia e não deveriam fazer parte do rol de subsídios solicitados, pelo que não eram um apoio;

Lembrava que, aquando das comemorações do 25 de abril de 1974, em reunião de 5 de abril de 2011, a Câmara Municipal tinha decidido retirar dez por cento, relativamente aos anos anteriores, aos apoios que dava às freguesias para as referidas comemorações, contudo, aquele subsídio não tinha sido pago a nenhuma das freguesias. A Câmara Municipal deliberou atribuir um subsídio, reduzindo dez por cento, mas depois não o pagou;

As únicas respostas que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia recebeu da Câmara Municipal de Peniche, relativamente a pedidos de subsídios, tinha sido uma, em 2015, para apoio ao encontro de bandas filarmónicas, tendo a Câmara Municipal de Peniche pedido à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia para mandar um ofício com a indicação do valor das despesas, tendo a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia respondido, de imediato, mas nunca obteve qualquer outra resposta;

Recentemente, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia mandou um ofício à Câmara Municipal, que não estava na documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, a solicitar apoio para as comemorações dos 850 anos dos forais de Atouguia da Baleia. Esse ofício esteve presente em reunião da Câmara Municipal tendo sido deliberado solicitar à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia um orçamento das despesas com o evento. A Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, no dia seguinte, enviou orçamento solicitado. Entretanto, tinha passado um ano e a Junta de Freguesia não teve qualquer outra resposta;

Não iria votar aquele ponto da ordem do dia, porque não se tratava de um apoio à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, eram valores que já deveriam ter sido pagos pelo Município de Peniche havia muito tempo, resultantes de acordos que tinham sido firmados entre a Freguesia de Atouguia da Baleia e o Município de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

Primeiro, queria dizer ao senhor Vítor Mamede que estava solidário com ele, porque o seu primeiro mandato, como presidente de junta de freguesia, tinha sido com o Partido Socialista na presidência da Câmara Municipal, mas era um assunto de que não queria falar;

Concordava com o senhor Vítor Mamede, porque deveria haver regras iguais para todos. Não iria ser presidente de junta de freguesia no mandato seguinte, porque iria ser presidente da Câmara Municipal, mas defendia que as regras deveriam ser claras, para que a população soubesse o que se passava. Todos os apoios do Município às freguesias deveriam ser públicos. Chocava-o que dissessem que não subsidiavam determinadas situações, mas, depois, apareciam algumas informações e alguns documentos que provavam o contrário;

A Freguesia de Peniche tinha pagado as obras de remodelação do rés-do-chão do seu edifício-sede e tinha recebido zero euros de apoio do Município de Peniche, porque lhe tinham dito que cada freguesia pagava as suas despesas que não estivessem previstas nos contratos. Entretanto, via-se nos documentos que algumas freguesias recebiam outras verbas, para além das que estavam contratadas;

Tinha pedido o uso da palavra para fazer uma replica ao senhor Vítor Mamede, porque, se quisesse fazer campanha eleitoral com o passado, teria de dar tareia ao senhor Jorge Gonçalves, que tinha sido presidente da Câmara Municipal de Peniche no mandato

em que ele próprio tinha sido presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, mas isso a si não lhe interessa, interessa-lhe, sinceramente, é ter posições construtivas;

Discordava do teor da intervenção do senhor Américo Gonçalves, porque as freguesias de que tinha sido presidente da junta nunca tinham tido muito dinheiro, nunca tinham tido dinheiro em depósitos bancários a prazo e, até ao mandato anterior, tinha sido sempre a gastar, o dinheiro nunca chegava;

A Freguesia de Peniche, naquele momento, tinha catorze salários mensais a pagar, para além de outros encargos com despesas correntes. Se calhar, a Junta de Freguesia de Peniche deveria fazer como outros fazem;

Quando tinha entrado para a Junta de Freguesia, tinha cento e poucos contos em tesouraria, mas queria fazer de forma a que, quem entrasse depois dele, tivesse uma almofada, para pagar aquilo que, naturalmente, ele deixasse para pagar e os encargos normais, e que, se possível, continuasse alguma coisa que ele não conseguisse acabar, inclusive duas obras, de dois contratos de execução celebrados com o Município, mas que os materiais tinham sido entregues tardiamente;

Gostaria de sublinhar a necessidade de se gastarem melhor os dinheiros públicos. Este seria um assunto que continuaria a referir. Era fácil gastar o dinheiro. Os autarcas, antes do fim do mandato, tinham autoridade para fazerem as contas e para espatifar o que sobrasse. Em Portugal, o mais fácil era gastar dinheiro, mas não seria de bom-tom, não seria sensato nem era pedagógico que tal se dissesse, porque deveriam era tentar fazer o contrário, ou seja, poupar mais, para conseguir gastar melhor;

Já tinha passado pela freguesia de Atouguia da Baleia, em campanha eleitoral, e o seu programa eleitoral seria o grande reflexo dessa situação, de muito trabalho de campo e de ouvir muita gente. Havia alguns aspetos das freguesias que o chocavam, como a necessidade de algumas obras e outras coisas que eram muito evidentes e que ele achava que as freguesias deveriam fazer, porque tinham condições para as fazer, se não tivessem recursos humanos, tinham de os ter. Se ele fosse eleito presidente da Câmara Municipal, iriam ter mais recursos, de certeza, e não estava a fazer demagogia, porque iria lutar por isso. O que interessava era o objetivo final, gastar bem para fazer melhor, o que era possível, porque havia coisas que eram irrisórias;

A Freguesia de Peniche, no mandato que estava a terminar, tinha realizado muitas obras de médio porte, algumas que deveriam ter sido executadas pelo Município, mas tinham sido executadas pela Freguesia de Peniche, deixando pequenas obras para trás. Fazia votos de que o senhor Rui Costa Santos fosse o próximo presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, para usufruir do que a Assembleia Municipal estava a aprovar e que gastasse bem aquele dinheiro, se não fosse ele, que houvesse alguém que o gastasse bem.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que:

Em 14 de março de 2017, tinha entrado no Município um ofício da Freguesia de Atouguia da Baleia que referia que, no seguimento das propostas da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, de 30 de setembro de 2016, para apoio à Freguesia de Ferrel, e 28 de fevereiro de 2017, para apoio à Freguesia de Peniche, e, de acordo com o mesmo enquadramento, solicitava a atribuição do valor cento e vinte cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros, correspondente a cinquenta por cento do valor total das

despesas apresentadas;

Quando se tinha referido à equidade, referia-se à comparação entre aquilo que tinha sido um valor que tinha estado sempre presente nas reuniões com as juntas de freguesia e que era um compromisso assumido em sede de orçamento, no caso da Freguesia de Ferrel tinha sido o parque infantil e o "dumper", no valor de três mil euros, e no caso da Freguesia de Peniche tinha sido um equipamento, no valor de dezassete mil euros;

O assunto estava presente na sessão da Assembleia Municipal para que todos soubessem que havia um ofício da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia a solicitar mais de cento e vinte cinco mil euros.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que:

O que estava em causa, naquele processo, eram duas decisões que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tinham tomado e que tinham levado o senhor Presidente Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, aquando da última discussão, sobre a Freguesia de Peniche, a dizer que iria preparar uma pasta, para apresentar ao Município de Peniche, com despesas da Freguesia de Atouguia da Baleia, o que fez e totalizavam um valor de cerca de cento e vinte mil euros, além dos quarenta mil, que era um compromisso assumido em sede de discussão do orçamento;

O Município de Peniche, em termos concretos, tirando aqueles dois casos, nada devia à Freguesia de Atouguia da Baleia;

Tudo o que a Junta de Freguesia tinha apresentado resultava da sua livre e espontânea vontade, de acordo coma sua autonomia, de acordo com a sua independência como órgão autárquico;

Poderia dar vários exemplos de obras que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha executado, e bem, porque as populações tinham gostado. As populações tinham sufragado o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia, nos três últimos mandatos, e não era por acaso que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia estava ali sentado. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia estava sentado na Assembleia Municipal de Peniche por mérito próprio, pelo trabalho que tinha realizado, mas não pode pedir ao Município de Peniche que pague as obras que tinha mandado fazer, sem falar com a Câmara Municipal. A Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia realizou obras e pediu ao Município de Peniche para as pagar;

O Município de Peniche não devia nada à Freguesia de Atouguia da Baleia, a não ser aqueles dois casos. O senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido, e bem, que havia um valor que deveria ter sido pago no ano de 2013, referente aos encargos com a manutenção com o jardim público da povoação do Casal Moinho, no período de janeiro a junho de 2013, por isso tinham demorado mais algum tempo a analisar o processo;

Relativamente à questão da castração, um termo que tinha sido usado pelo senhor Ademar Marques, a Coligação Democrática Unitária tinha muito orgulho na descentralização que existia no concelho. Quando a Coligação Democrática Unitária chegou à presidência da Câmara Municipal, o Partido Socialista já tinha iniciado o processo de descentralização. Ele próprio, enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, conjuntamente com o senhor Eduardo Figueiras, enquanto Presidente da

Junta de Freguesia de Ferrel, com o senhor Manuel Machado Chagas, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, e com a Câmara Municipal, então presidida pelo senhor Jorge Gonçalves, tinha participado ativamente num processo que culminou com a celebração de um protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal nas três referidas juntas de freguesia;

A primeira coisa que a Coligação Democrática Unitária tinha feito ao chegar à presidência da Câmara Municipal tinha sido estender o processo de descentralização às restantes três juntas de freguesia do concelho;

A descentralização não era apenas financeira, do ponto de visto do dinheiro que as juntas de freguesia tinham para fazerem determinadas coisas, era para pessoal, era para gasóleo, era para a segurança social, era para tudo aquilo que estava protocolado;

Entretanto, tinha entrado em vigor Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, muito pouco dos que estavam na sessão da Assembleia Municipal tinham concordado com aquela legislação, ele próprio, por exemplo, não concordava com o essencial da Lei n.º 75/2013, relativamente às freguesias, porque achava que era uma lei castradora daquilo que deveria ser o papel das freguesias, mas todos sabiam quem tinha aprovado a Lei n.º 75/2013, e não tinha sido a Coligação Democrática Unitária, pelo contrário, tinha contestado aquela legislação;

A Lei n.º 75/2013, subalternizou as freguesias portuguesas, porque as freguesias portuguesas tinham, na sua relação com as câmaras municipais, um papel muito diferente, tinham um apoio muito diferente, e as coisas tinham começado a ser todas muito controladas. Bastava ver qual era a posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, relativamente à Lei n.º 75/2013;

A Lei n.º 75/2013 obrigava a levar à Assembleia Municipal assuntos que, na sua opinião, não fazia sentido nenhum que fossem da competência da Assembleia Municipal. Havia um conjunto de matérias, referentes a apoios, que, anteriormente, eram apenas decididos em sede de Câmara Municipal, mas com a nova lei tinham passado a ser competência da Assembleia Municipal;

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha referido a questão dos apoios aos festivais e às comemorações do aniversário do 25 de abril de 1974, contudo, havia uns anos, a Câmara Municipal tinha deixado de dar apoios para aquele tipo de atividades, tanto relativamente às comemorações do aniversário do 25 de abril de 1974 como aos festivais de bandas filarmónicas. Como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia sabia, a Freguesia da Serra d'El-Rei já tinha realizado vinte e um festivais de bandas filarmónicas e com a Coligação Democrática Unitária na presidência da Câmara Municipal não tinha recebido qualquer valor;

O senhor Ademar Marques tinha feito o discurso do coitadinho e da coitadinha da Freguesia de Atouguia da Baleia, naquele mandato, mas, por exemplo, na freguesia de Atouguia da Baleia tinham sido colocados doze abrigos rodoviários, que tinham custado mil oitocentos e setenta e cinco euros cada um, tendo ficado localizados no Casal da Vala, no Casal Moinho, no Lugar da Estrada, em São Bernardino, no Casal do Alto Foz, na Bufarda, na Ribafria, em Bôlhos, no Casal Faísca, na Coimbrã, nos Casais de Mestre Mendo e no Alto Veríssimo;

Tinha sido realizado um investimento pelo Município de Peniche, na freguesia de Atouguia da Baleia, que muito orgulhava a presidência da Câmara Municipal,

concretamente, o terreiro da feira da Bufarda, mas também poderia referir-se às escolas da freguesia de Atouguia da Baleia, onde tinha sido construído o Jardim de Infância da Bufarda, por exemplo. Outro exemplo de investimento do Município de Peniche era nos parques infantis e polidesportivos, porque tinham sido construídos doze polidesportivos no concelho.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):
Disse que:

A Câmara Municipal queixava-se de que não tinha conhecimento da maior parte das coisas, mas, se estavam ofícios formalizados à época, a Câmara Municipal tinha de ter conhecimento, tinha era havido uma ausência de resposta por parte da Câmara Municipal à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia;

Se calhar, a grande parte daquele montante tinha a ver com a manutenção do equipamento da Freguesia, nomeadamente do parque de máquinas. No acordo anterior, o Município de Peniche, no princípio, tinha chegado a pagar à Freguesia de Atouguia da Baleia a manutenção das máquinas, depois tinha deixado de pagar. A Câmara Municipal poderia ter avisado a Junta de Freguesia de que não pagaria, mas a Junta de Freguesia tinha mandado os ofícios e não tinha obtido qualquer resposta;

Tinha estado a contar e tinha mais de vinte e cinco ofícios sem resposta, que não tinham sido incluídos e poderia incluir ainda muitos mais. Tinha havido uma ausência de resposta por parte da Câmara Municipal;

O senhor Vice-Presidente tinha dito que a Câmara Municipal não atribuía apoios para os encontros de bandas filarmónicas, pelo que não entendia porque tinha a Câmara Municipal enviado um ofício à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, relativo ao oitavo encontro de bandas filarmónicas, com o seguinte teor: «*De harmonia com o solicitado no vosso ofício de 16 de junho de 2005, relativamente ao assunto consubstanciado em epígrafe, cumpre-me informar V. Ex.ª de que o mesmo foi objeto de apreciação em reunião realizada no dia 13 de julho de 2015, tendo esta Câmara Municipal deliberado solicitar a essa Junta de Freguesia que informe sobre os custos associados à iniciativa denominada VIII Encontro de Bandas Filarmónica.*» Porque tinha a Câmara Municipal enviado aquele ofício à Junta de Freguesia se já tinha deliberado que não apoiava os encontros de bandas filarmónicas? Era escusado a Câmara Municipal estar a iludir a Junta de Freguesia e a dar-lhe trabalho com a elaboração e o envio de um orçamento das despesas, se, mais uma vez, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia não iria obter resposta;

Já tinha sido assumido pelo senhor Vice-Presidente, naquela sessão da Assembleia Municipal, que os valores que estavam em causa eram referentes a uma dívida que já deveria estar paga havia muito tempo, pelo que ele julgava que aquele assunto não tinha de ser submetido à votação da Assembleia Municipal, porque não era nenhum apoio à Junta de Freguesia, pelo que se recusava a votar aquele ponto da ordem do dia.

Américo Gonçalves (PS):
Disse que:

Quando tinha dito que as juntas de freguesia não deveriam ficar com dinheiro, era óbvio que teriam de ficar com algum dinheiro em tesouraria na transição de mandato, não era isso que estava em causa. Como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de

Peniche sabia, o que estava em causa eram valores na ordem de cem ou duzentos mil euros, porque era isso que o preocupava. Não defendia que as juntas de freguesia gastassem mal o dinheiro, o que defendia era que fizessem obra com o dinheiro que tinham;

Nos documentos que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha enviado, referentes a mandatos anteriores, eram solicitados cerca de cento e quarenta e quatro mil euros ao Município de Peniche, o que não conseguia entender. Tinha lido todos os documentos e tinha constatado que estavam a discutir os doze anos dos três últimos mandatos, e não os quatro anos do mandato que estava em curso;

Para a obra realizada na Fonte Gótica, em Atouguia da Baleia, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia solicitava cinquenta por cento do seu valor, mas era um assunto que deveria ter sido discutido antes da realização da obra. A obra tinha custado cem mil euros e a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia estava a pedir cinquenta mil euros, mas ele não sabia se o assunto tinha sido discutido com a Câmara Municipal antes da realização da obra.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que, em relação à obra realizada no espaço envolvente à Fonte Gótica, em Atouguia da Baleia, não tinham sido cem mil euros, mas cinquenta mil euros, e a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia estava a solicitar cinquenta por cento desse valor, que era vinte e cinco mil euros. A obra da Fonte Gótica era uma obra que tinha estado incluída no orçamento do Município, durante três anos, para que a Câmara Municipal a executasse no último ano do mandato anterior, simplesmente tinha sido retirada do orçamento do Município, pelo que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha assumido a execução obra, mas dando conhecimento à Câmara Municipal de Peniche.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Gostaria de reiterar, porque parecia que havia alguma incapacidade de o dizer com clareza, que o ofício da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, datado de 10 de março de 2017, era uma compilação de ofícios enviados, ao longo dos anos, à Câmara Municipal e que não tinham tido resposta, nem que sim nem que não. Alguns daqueles ofícios, ao contrário do pareciam fazer crer alguns dos membros da Assembleia Municipal e, particularmente, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador, não eram para a realização de festas e festinhas, eram para a manutenção das máquinas que resolviam os problemas do dia-a-dia das pessoas. Um daqueles ofícios era para a reabilitação do espaço envolvente à Fonte Gótica, que tinha sido um compromisso assumido pela Câmara Municipal perante a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, mas, como a Câmara Municipal não tinha feito a obra, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia executou-a e, obviamente, tinha informado a Câmara Municipal e tinha pedido a comparticipação;

A Câmara Municipal de Peniche tinha o direito de não comparticipar, mas também tinha o dever de responder aos ofícios da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia;

Não era correto dizer que eram coisas de mandatos passados, coisas que não estavam em orçamento, porque tinham estado em orçamento, mas a presidência da

Câmara Municipal tinha-as retirado e tinha decidido não pagar;

À Junta de Freguesia de Ferrel tinha sido pago, e bem, um compromisso do mandato anterior e não tinha visto ninguém indignado, na altura, com o facto de o Município estar a pagar compromissos de mandatos anteriores;

À Junta de Freguesia de Peniche tinha sido pago um pedido que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peniche não tinha feito atempadamente, tinha-o feito depois do pedido da Junta de Freguesia de Ferrel;

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia não tinha pedido nada de novo, apenas tinha compilado os pedidos que tinha feito e que não tinham tido resposta;

Seria bom que ficasse claro que não estavam a falar da organização de festas e festinhas nem de coisas que rivalizam com, por exemplo, a construção do edifício-sede da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, obra de que o senhor Vice-Presidente se esquecia sempre qual era o valor do seu custo total, tinha sempre tudo na memória, exceto aquele valor. Para falar de equidade, a presidência da Câmara Municipal teria de colocar também o valor daquela obra nas contas que mandava, relativamente às juntas de freguesia e aos apoios às freguesias, porque, quando compete a uma junta de freguesia assumir todos os encargos e, relativamente a outras, a Câmara Municipal se substituía, obviamente, que não estavam a falar de equidade de tratamento;

Tinha de ficar claro que não estavam a falar de equidade de tratamento quando a umas juntas de freguesia a Câmara Municipal se substituía e fazia tudo e a outras não fazia, nem comparticipava sequer metade;

A Câmara Municipal estava no direito de não comparticipar, não havia dúvida, mas não estava no direito de não responder e de se fazer de vítima dizendo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia se tinha lembrado, extemporaneamente, de pedir cento e vinte e cinco mil euros, porque não tinha sido isso que tinha acontecido. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha compilado um número assinalável de pedidos que não tinham tido resposta, mas que deveriam ter tido resposta, e a Câmara Municipal dava-se ao luxo de apresentar à Assembleia Municipal um valor que não correspondia sequer a um apoio, correspondia a uma dívida, e deveria ter a hombridade de retirar o assunto de votação, porque não era um apoio, pelo que não deveria ser votado como apoio.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

Tinha havido uma insistência da Mesa da Assembleia Municipal e de si própria, junto do senhor Presidente da Câmara, no sentido de obter resposta aos muitos e sucessivos ofícios que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha enviado para a Câmara Municipal, a solicitar diversos apoios, ao longo do tempo;

Havia uma consciência, clara, do senhor Presidente da Câmara, porque tinham conversado sobre o assunto, de que não se tratavam de uns apoios que eram desconhecidos da Câmara Municipal, tratavam-se de apoios solicitados pela Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, havia muitos meses;

Ela e o senhor Presidente da Câmara tinham falado no assunto, no momento em que também ela própria tinha reencaminhado, novamente, o pedido da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, e, nessa altura, tinham também falado na hipótese de

realizar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para tratarem do assunto em tempo, antes de ser uma época marcada pelas eleições autárquicas;

Tinha sido naquele sentido que tinha pedido ao senhor Presidente da Câmara que este fizesse o enquadramento do assunto e que também tinha pedido que fosse presente à Câmara Municipal toda a documentação. Aquando da votação do apoio para aquisição da retroescavadora, também tinham falado de que era uma parte, mas que havia uma quantidade de ofícios endereçados à Câmara Municipal que careciam de respostas da Câmara Municipal;

Tal como o senhor José Leitão também já tinha feito, aproveitava para pedir à senhora Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro que esclarecesse se aquele tipo de apoios tinha de ser votado pela Assembleia Municipal e qual era a base legal para essa votação.

Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Josselène Nunes:

Respondendo à senhora Presidente da Mesa, disse que:

Pensava que, na sua intervenção anterior, tinha respondido a duas questões em simultâneo e não tinha sido clara na explicação que tinha dado;

O que estava em causa era uma alteração na legislação, relativamente às competências dos órgãos autárquicos. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tinha revogado a alínea b) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, pelo que as câmaras municipais tinham deixado de ter competências para decidir sobre as formas de apoio às freguesias, tendo esta competência passado para as assembleias municipais, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

No início daquele mandato, a Assembleia Municipal de Peniche tinha decidido qual a forma de a Câmara Municipal delegar as suas competências nas juntas de freguesia e que tipos de apoio daria o Município como contrapartida;

Na sua intervenção anterior, tinha dado resposta à questão da aquisição do equipamento, porque o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha colocado a questão de o cofinanciamento estar previsto no contrato de execução de competências delegadas, tendo ela esclarecido que não estava previsto no referido contrato, pelo que a Câmara Municipal não estava autorizada a cofinanciar aquela aquisição;

No que respeitava a todas as outras matérias, sendo assuntos anteriores ao mandato, naquele momento, tratavam-se de apoios. Iria haver um pagamento, pelo que teria de ser sob a forma de apoio e a Câmara Municipal não era competente para decidir sobre qualquer apoio que não estivesse enquadrado nos contratos interadministrativos de delegação de competências e nos contratos de execução de competências delegadas.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que queria realçar, novamente, que não considerava aquele pagamento como um apoio, porque se tratava de uma dívida que o Município de Peniche tinha para com a Freguesia de Atouguia da Baleia, uma dívida que já deveria ter sido paga.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que não era assumido como uma dívida porque, à data, não tinha havido

deliberação do órgão competente. Os serviços do Município apenas podiam fazer pagamentos com autorização do órgão competente que, naquele caso e naquele momento, era Assembleia Municipal.

Disse, ainda, que o senhor Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador, tinha referido alguns dos investimentos, mas também tinha havido um apoio do Município de Peniche à Freguesia de Atouguia da Baleia, no valor de cinquenta mil euros, para um armazém.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que:

Tinha de ficar claro que o que estavam a discutir era um conjunto de ofícios que tinham sido feitos pela Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia após o início ou a conclusão de obras;

Todos os anos, em sede de apreciação do orçamento para o ano seguinte, ele próprio dirigia a delegação da Câmara Municipal nas reuniões com as juntas de freguesia e, na última reunião com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, em finais de setembro ou início de outubro de 2016, aqueles ofícios não tinham sido apresentados. Aqueles ofícios não tinham sido apresentados em 2016, nem em 2015, nem em 2014, nem em 2012, até em 2006;

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia não podia omitir uma coisa que era importante, sempre que se tinham reunido, e tinham-se reunido várias vezes, sobre várias situações, aquelas questões tinham sido colocadas e a resposta que tinha sido dada à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha sido sempre esta: "*atenção, não assumam compromissos sem existir um acordo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.*";

Os apoios que a Câmara Municipal concedia a todas as freguesias eram de acordo com o que a Assembleia Municipal tinha aprovado. A Assembleia Municipal tinha definido a política de descentralização para as freguesias, para o mandato, e a Câmara Municipal tinha cumprido;

Queria chamar a atenção do senhor Ademar Marques para um aspeto, concretamente sobre o edifício-sede da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, porque, por ele próprio ser candidato à Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei e por viver na Serra d'El-Rei, aquela freguesia não tinha de ser castrada. O edifício para instalação do Fórum Multiusos da Serra d'El-Rei tinha custado ao Município de Peniche duzentos mil euros e a Loja dos Vala tinha custado ao Município de Peniche duzentos e cinquenta mil euros, relativamente às obras, os dois edifícios iriam custar ao Município de Peniche cerca de quinhentos mil euros. Seria bom não esquecer que ambos os edifícios eram propriedade do Município de Peniche. As obras a realizar na Loja dos Vala ficariam a cargo do próximo executivo municipal. A Câmara Municipal, nos últimos mandatos, tinha valorizado o património predial do Município de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que a intervenção do senhor Vice-Presidente da Câmara o tinha surpreendido, porque, se bem tinha entendido, a Junta de Freguesia tinha mandado ofícios à Câmara Municipal, a Câmara Municipal não tinha dado resposta, mas a Junta

de Freguesia é que estava em falta, porque, aquando da discussão do orçamento, não tinha levado os ofícios, o que era caricato. Se a Câmara Municipal tinha os ofícios e os queria discutir que os tivesse levado para a reunião. A Câmara Municipal é que tinha de dar resposta, não era a Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia tinha enviado ofícios à Câmara Municipal, a Câmara Municipal não tinha dado resposta, mas a Junta de Freguesia é que estava em falta, porque nas discussões dos orçamentos não tinha levado os ofícios. A Câmara Municipal é que tinha de dar resposta, não era a Junta de Freguesia.

José Leitão (PSD):

Disse que:

Com o devido respeito, não tinha ficado muito convencido com a resposta da senhora Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, ou então, ele estava a trabalhar com documentos errados;

O ponto que estavam a discutir era a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio financeiro, para pagamento de encargos com a manutenção de um jardim público;

O artigo segundo do contrato de execução de competências delegadas dizia que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia acordavam na disponibilização, pela primeira à segunda, dos recursos adequados à gestão de realização dos serviços necessários à execução das seguintes competências municipais: gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes;

Ele não queria, ainda por cima na sua última sessão da Assembleia Municipal, assistir e ter que votar, estava quase como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, um ponto de uma ordem de trabalhos que ia dar cobertura a uma não resposta, não lhe queria chamar outra coisa, por parte da Câmara Municipal a um chorrilho de cartas que a própria Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha enviado ao longo dos anos para a Câmara Municipal, o que lhe parecia muito mais grave do que estarem a discutir se era um apoio de dez ou de catorze;

Julgava que ninguém duvidava dos ofícios, até porque eles estariam registados, quer na Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia quer na Câmara Municipal de Peniche, também não seria difícil de verificar se muitos dos ofícios não tinham sido respondidos. O que ele próprio não queria, e achava que nem a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, nem a Câmara Municipal e, muito menos, Assembleia Municipal mereciam era que se branqueasse aquele comportamento da Câmara Municipal, votando aqueles dois subsídios e dizendo que estava tudo pago e o Município de Peniche não devia mais nada à Freguesia de Atouguia da Baleia. Mas devia, porque, pelos vistos, havia dezenas de ofícios que ainda não tinham sido respondidos;

Se, em 2013, se tinham atrasado no pagamento e depois tinha saído uma lei que obrigava o assunto a ser presente à Assembleia Municipal, tudo bem, a Assembleia Municipal votava tudo e a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia recebia mais um dinheiro. Se o gasóleo estava esgotado da bomba do Município, não se sabia se por incumprimento ou porque se tinham distraído, e o senhor Vice-Presidente da Câmara tinha dito à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia para se abastecer numa bomba pública que depois o Município dava o dinheiro, tudo bem. Mas, o que ele ouvira naquela sessão da Assembleia Municipal e não o tinha convencido era que, pagando o Município de Peniche aqueles dois valores ficaria tudo pago à Freguesia de Atouguia da Baleia;

Não sabia se eram cento e vinte se eram cento e trinta, já ouvira falar em muito dinheiro em obras para a Junta de Freguesia de Ferrel e para Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, não sabia, se calhar tinham de ir ver a área de cada freguesia e tinham de ir ver o número de habitantes por metro quadrado de cada freguesia, o que os poderia levar a estarem uma semana a fazer conjeturas, com o risco de não chegarem a conclusão nenhuma;

Não sabia se estavam a ir pelo melhor caminho, porque ele próprio achava que fazia todo o sentido e gostaria de, naturalmente, votar favoravelmente aquele ponto, para minimizar os prejuízos financeiros que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia estava a ter. Até porque, com o devido respeito pelos outros candidatos, gostava muito que o próximo presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tivesse os meios financeiros necessários para desenvolver a sua atividade. Mas, também gostava muito que todos assumissem que a regularização daqueles dois artigos, um já estava regularizado, o outro estava pendente, decorriam, exclusivamente, de uma obrigatoriedade legal por atraso da Câmara Municipal e não a liquidação total dos encargos do Município de Peniche para com a Freguesia de Atouguia da Baleia. Gostaria que ficasse claro que a votação daquele ponto não poderia, na sua opinião pessoal, significar a liquidação total da dívida do Município de Peniche à Freguesia de Atouguia da Baleia;

Não sabia se a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha direito a mais ou não, isso era uma questão em que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia teria e se entender com a Câmara Municipal, agora, a votação daquele ponto não poderia significar a liquidação total da dívida do Município de Peniche à Freguesia de Atouguia da Baleia, que isso ficasse bem claro, só assim votaria, se fosse uma obrigação legal, por atrasos do funcionamento da Câmara Municipal, que resolveria aquele problema das duas dívidas, não do global de um suposto contencioso que existia entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que todas aquelas questões caberiam, com certeza, em declarações de voto.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

Queria esclarecer algumas questões de que o senhor Ademar Marques tinha falado;

Primeiro queria declarar que sempre tinha defendido que se deveria potenciar as capacidades e as vontades das freguesias, achava que era de bom-tom que os próximos executivos tivessem em conta que tinham muito a ganhar se a colaboração fosse mais estreita entre a Câmara Municipal e as freguesias e se se voltasse a ter o hábito de dar os materiais às freguesias para executarem mais obras;

A Freguesia de Peniche tinha feito um conjunto de contratos que não eram nada daquilo que tinha sido referido naquela sessão da Assembleia Municipal. A Freguesia de Peniche tinha executado obras no património privado do Município de Peniche, nomeadamente no Bairro do Vale Verde, no Bairro Fernão de Magalhães e no Bairro Senhor do Calvário, em Peniche, não no espaço público, e tinha pagado para as fazer. Gostaria que essa questão ficasse clara. Era uma das zangas que tinha com a Câmara

Municipal;

Depois, havia um conjunto de obras que a Junta de Freguesia de Peniche também tinha comunicado à Câmara Municipal, aliás, uma delas o senhor Ademar Marques tinha estado presente e sabia o que tinha acontecido, concretamente a que tinha a ver com a Gamboa, que tinha custado uns milhares de euros e que a Junta de Freguesia de Peniche tinha pagado;

Tinha pena que as regras não fossem claras e que não tivesse sido feito o balanço dos relatórios. Tinha um relatório, que tinha sido dado havia alguns anos, e, pelos dados que tinham sido disponibilizados, percebia-se melhor porque não lhe queriam dar os valores;

Não valia a pena estarem a discutir o assunto, mas que servisse de exemplo, para que as coisas fossem mais claras, e que se aproveitassem as capacidades das freguesias para fazer o que as populações precisavam. O resto era tudo conversa de politiquice. O importante era que refletissem e que fossem sérios em relação a tudo aquilo no futuro.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peniche que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tinha todos os relatórios semestrais. Já tinha dito que se recusava a votar aquele ponto, porque, ao votar aquele ponto, estavam a excluir um apoio à Freguesia de Atouguia da Baleia. Tinha havido um apoio à Freguesia de Ferrel de x, um apoio à Freguesia de Peniche de y e havia um apoio à Freguesia de Atouguia da Baleia de zero.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que concordava com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, porque não tinha havido uma deliberação da Câmara Municipal a atribuir um apoio à Freguesia de Atouguia da Baleia nos mesmos termos em que tinha sido atribuído um apoio à Freguesia de Ferrel, por exemplo, isso estava claro, o que não impedia que se votasse aquele ponto.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Silvino João (PS):

Disse que:

No caso da retroescavadora de Atouguia da Baleia era considerado um apoio, mas, para Ferrel, tinha sido um "dumper", tinha sido dado de outra maneira, mas tinha sido como se fosse a retroescavadora para Atouguia da Baleia. No caso dos outros mil e duzentos euros tinha sido uma obra que se tinha feito no parque infantil, e tinha sido tudo englobado no mesmo pacote;

Para aquisição da máquina tinha falado com a Câmara Municipal, a Câmara Municipal tinha dito que subsidiava em cinquenta por cento e subsidiou, mas tinha sido como um apoio;

Pedia para não colocarem a Freguesia de Ferrel no meio daquele processo, porque a Freguesia de Ferrel, durante aquele ano, doze meses, tinha recebido zero euros de apoios, porque não tinha apresentado faturas para serem pagas, tinha optado por esse caminho. Inclusivamente, o autocarro do Município de Peniche, naquele ano, tinha funcionado para as outras coletividades, o que era de agradecer, mas para a Junta de Freguesia de Ferrel nunca tinha funcionado, porque ele próprio tinha optado por não

pedir essas coisas. Era uma opção, porque, geralmente, quando pedia, nunca havia, portanto, deixou de pedir, era uma questão de opção;

Relativamente às obras, a última obra que tinha pedido, ainda havia uma verba por pagar, mas a obra já estava feita havia muito tempo. Quando a Freguesia tinha dinheiro, fazia as obras, quando não tinha, também não pedia. A Junta de Freguesia tinha feito casas de banho no cemitério, mas não tinha mandado as faturas para a Câmara Municipal;

Não concordava com os contratos que as juntas de freguesia tinham com a Câmara Municipal. Achava que as juntas de freguesia deveriam ser autónomas das câmaras municipais, e as câmaras municipais, com aquele tipo de contratos, queriam controlar o que as juntas de freguesia faziam. O Município de Caldas da Rainha não trabalhava assim, distribuía uma verba pelas juntas de freguesia, mediante o número de eleitores, e as juntas de freguesia geriam o dinheiro e prestavam contas ao Estado.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que estavam, novamente, a misturar os pontos quatro e cinco. O ponto quatro já tinha sido discutido, e não tinha nada a ver uma coisa com a outra. Relativamente ao subsídio para a retroescavadora, qualquer Junta de Freguesia que comprasse uma retroescavadora, e que desse conhecimento à Câmara Municipal, tinha direito a cinquenta por cento do seu valor. A Junta de Freguesia de Ferrel, quando tinha adquirido uma máquina, tinha tido cinquenta por cento de apoio da parte da Câmara Municipal, assim como a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei e a Junta de Freguesia de Peniche. Não deveriam misturar os pontos quatro e cinco. As questões que estavam a discutir não tinham nada a ver com o apoio que estava previsto no contrato de execução de competências delegadas.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Deveria ficar claro que o mesmo procedimento não tinha sido seguido para as juntas de freguesia de Ferrel, de Peniche e de Atouguia da Baleia, ou seja, no caso das outras juntas de freguesia tinha sido feito um pagamento, no caso da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia estava a tentar-se disfarçar um pagamento com o pagamento de uma dívida, o que era errado;

Se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peniche tinha defendido que deveria haver relatórios semestrais para os contratos de execução, o Partido Social Democrata tinha defendido outra coisa e até se tinha abstido na votação dos contratos. O Partido Social Democrata defendia que a distribuição do dinheiro deveria ser feita de acordo, não só com a população, mas com as competências que as juntas de freguesia tinham, e tendo em conta, no caso das freguesias rurais, o número de quilómetros quadrados de espaços verde, o número de quilómetros de caminhos rurais, o número de cemitérios, o número de localidades e a população. O Partido Social Democrata gostaria de saber se o valor que era atribuído tinha aquela equidade em linha de conta, porque tinha muitas dúvidas que tivesse;

A equidade, que lhes parecia que tinha faltado desde o início, estava novamente a faltar para com o pagamento daquele subsídio. Portanto, era normal que alguns conseguissem fazer mais obra, quando os outros tinham muito mais sítios onde acorrer,

nomeadamente caminhos rurais, cemitérios, espaços verdes e catorze localidades. A equidade tinha de ter um seguimento e tinha de ter em conta a diversidade das realidades, e era essa que lhe parecia que, uma vez mais, está a falhar.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

Nunca tinha contestado que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia levasse mais dinheiro, como levava, o que defendia era a existência de relatórios e a análise a esses relatórios semestrais, porque, às vezes, o que era justo era tirar dinheiro de um contrato para outros;

Não era contra que a Freguesia de Atouguia da Baleia tivesse mais dinheiro que a Freguesia de Peniche, o que defendia era que se soubesse como é que cada um gastava o dinheiro que o Município lhe atribuía. Se se entendesse que a Freguesia de Atouguia da Baleia deveria receber mais dinheiro, que recebesse, mas tinha de concretizar, porque havia muitas formas de gastar dinheiro e havia muitas formas de distribuir dinheiro. O que ele gostava era de saber onde é que o dinheiro era gasto;

Concordava com o senhor Ademar Marques, mas não podiam estar ao abrigo disso a argumentar e depois não concretizar. A partir do momento em que se concretizasse, em que se avaliassem os dinheiros que o Município de Peniche dava a cada freguesia do concelho, se tivesse de dar mais, que desse mais. O desejável era que todas as freguesias fizessem mais obras;

Não concordava com algumas coisas que tinham sido ditas, como, por exemplo, a referência à obra realizada pelo Município para o Centro Social da Bufarda, no recinto da feira, porque não era uma questão da Freguesia, era uma questão do Município, tinha sido executada na área da Freguesia de Atouguia da Baleia, mas é uma questão da relação do Município de Peniche com o Centro Social da Bufarda.

Deliberação n.º 36/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com dezasseis (16) fotos a favor, dos membros da Assembleia Municipal eleitos pela Coligação Democrática Unitária (8), pelo Partido Socialista (6) e pelo Partido Social Democrata (2), um (1) voto contra, da senhora Arminda Braz, eleita pela Coligação Democrática Unitária, e três (3) abstenções, dos senhores José Leitão, Ademar Marques e Marcelino Pereira, todos eleitos pelo Partido Social Democrata, que o Município de Peniche atribuísse um apoio financeiro à Freguesia de Atouguia da Baleia, no valor de 6433,91 € (seis mil, quatrocentos e trinta e três euros e noventa e um cêntimos), para pagamento dos encargos com a manutenção com o jardim público da povoação do Casal Moinho, no período de janeiro a junho de 2013 (2635,19 €) e para comparticipação nas despesas com a aquisição de gasóleo, no ano de 2015 (3798,72 €).

Os senhores Rogério Cação (CDU), Henrique Bertino (CDU), António Salvador (PSD) e Silvino João (PS) não estavam presentes na sala aquando da votação deste ponto da ordem do dia.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Apresentou, verbalmente, a seguinte declaração de voto: «*A votação destes apoios à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia decorre de insistências várias da Junta de Freguesia para obter respostas a ofícios datados de muitos meses atrás e, alguns, anos atrás, e que, por essa razão, eu expresso aqui uma recomendação, pessoal, de que a Câmara Municipal possa responder, em tempo, a todos os ofícios que as juntas de freguesia lhe venham a dirigir.*»

Ademar Marques (PSD):

Apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve:

«*Declaração de Voto*

Os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo PSD abstêm-se na votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Atouguia da Baleia, para pagamento dos encargos com a manutenção do jardim público do Casal Moinho, no primeiro semestre de 2013, e para comparticipação nas despesas com a aquisição de gasóleo, no ano de 2015, pelos seguintes motivos:

- os valores propostos a pagamento constituem uma dívida da Câmara Municipal por serviços prestados pela Junta de Freguesia que já deveria ter sido saldada há muito tempo; a sua inclusão como "atribuição de apoio financeiro" leva a interpretações erradas quanto à origem da obrigação.

- ficam por saldar as comparticipações que, ao longo de anos, a Junta de Freguesia solicitou à Câmara, pelo serviço público prestado na freguesia de Atouguia da Baleia, muitas vezes em substituição da própria Câmara Municipal - nomeadamente em tudo o que se refere a atividade cultural, mas não só.

- a Câmara Municipal comportou-se de forma profundamente desleal com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia.

Ademar Vala Marques
José Leitão da Silva
Marcelino Pereira»

6) APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR AO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE O RELATÓRIO DO RESULTADO DA VERIFICAÇÃO INTERNA EFETUADA À CONTA DE GERÊNCIA DO MUNICÍPIO E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, RELATIVA AO PERÍODO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, tomou conhecimento e apreciou a informação a prestar ao Tribunal de Contas sobre o relatório do resultado da verificação interna efetuada à conta de gerência do Município e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, relativa ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, tendo usado da palavra a senhora Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Josselène Nunes, e o senhor Presidente da Câmara, António José Correia (CDU), que fizeram a apresentação do documento.

7) APRECIAÇÃO DA SUSPENSÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO DO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL):

A Assembleia Municipal de Peniche tomou conhecimento e apreciou o despacho

conjunto dos senhores Secretário de Estado das Autarquias Locais e Secretário de Estado do Tesouro, assinado em 25 de julho, que suspendeu o Plano de Ajustamento Financeiro do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Josselène Nunes:

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que, tendo em conta o que tinha sido a evolução da situação financeira do Município, os senhores Secretários de Estado das Autarquias Locais e do Tesouro tinha proferido um despacho para suspensão dos efeitos do Plano de Ajustamento Financeiro do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) a que o Município se tinha candidatado, no ano de 2012. Acrescentou que com o referido despacho tinham ficado suspensas todas as obrigações de informação à Assembleia Municipal e também da gestão do próprio Plano de Ajustamento, em termos legais, sem prejuízo de, se a Assembleia Municipal assim o entender, poder receber, trimestralmente, a informação a dar conta da execução doe plano.

Ademar Marques (PSD):

Disse que gostaria de saber se o despacho implicava a suspensão de todas as medidas que foram aplicadas ao abrigo do PAEL, nomeadamente da derrama.

Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Josselène Nunes:

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que as medidas tinham como objetivo equilibrar a dívida do Município e, uma vez que esta estava equilibrada e o Plano tinha subjacente as medidas, estas, consequentemente, tinham deixado de ter efeitos práticos.

8) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 4 de setembro de 2017.

Ademar Marques (PSD):

Perguntou de o processo era para a colocação de luminárias com tecnologia LED nos locais que não tinham sido contemplados no processo anterior.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que era tudo para novas luminárias, a acrescentar às mais de quatro mil que já tinham sido instaladas na primeira fase.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):
Perguntou se a iluminação para o Largo Nossa Senhora da Conceição, em Atouguia da Baleia, estava contemplada, porque a Junta de Freguesia já tinha feito várias solicitações à Câmara Municipal, através de ofícios, dando conta que as luminárias daquela artéria estavam muito degradadas e necessitavam de ser substituídas.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):
Disse que a iluminação do Largo Nossa Senhora da Conceição, em Atouguia da Baleia, estava contemplada, porque não tinha sido incluída na primeira fase.

Deliberação n.º 37/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche, observando o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e o artigo 16.º, conjugado com o artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou, por unanimidade, com vinte e um (21) votos a favor, autorizar a Câmara Municipal a assumir um compromisso plurianual, resultante da adjudicação do contrato de gestão de eficiência energética para implementação de medidas de melhoria de eficiência energética na iluminação pública dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Oeste, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro, ao consórcio externo constituído pelas sociedades ISETE – Inovação, Soluções Económicas e Tecnológicas Ecológicas, S.A., Weltsmart – Energy Solucions, S.A. e FOMENTEFFICIENCY – Energy Services S.A., nos seguintes termos:

1 - O preço contratual a pagar pelo Município de Peniche, no âmbito do Contrato de Gestão de Eficiência Energética, é de um milhão, duzentos e sessenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois euros e sessenta e oito cêntimos (1 269 262,68 €).

2 - O prazo contratual do Contrato de Gestão de Eficiência Energética é de 12 anos.

3 - A repartição do preço contratual do contrato pelo prazo contratual do contrato é de: 59 571,78 €, 109 971,90 €, 109 971,90 €, 109 971,90 €, 109 971,90 €, 109 971,90 €, 109 971,90€, 109 971,90 €, 109 971,90 €, 109 971,90 €, 109 971,90 € e 109 971,90 €, respetivamente para cada um dos anos, perfazendo um total de 1 269 262,68 €.

Os senhores Rogério Cação (CDU), João Gomes (PS) e Silvino João (PS) não estavam presentes na sala aquando da votação deste ponto da ordem do dia.

9) APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE OS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS E DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA:

A Assembleia Municipal de Peniche tomou conhecimento e apreciou a informação sobre os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e de Execução de Competências Delegadas, celebrados entre o Município de Peniche e as freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, no dia 2 de maio de 2014, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):
Disse que aquele ponto decorria do facto de o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peniche ter solicitado elementos à Câmara Municipal e à Assembleia

Municipal, sobre os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e de Execução de Competências Delegadas, tendo a Mesa da Assembleia Municipal reiterado o pedido de informação junto do senhor Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que o senhor Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador, responsável pelo Pelouro de Ligação às Freguesia, faria a apresentação da informação da presidência da Câmara Municipal.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que tinha sido solicitado um conjunto de dados numéricos, sobre os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e de Execução de Competências Delegadas, celebrados entre o Município de Peniche e as freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, no dia 2 de maio de 2014, desde a sua entrada em vigor, e esses dados eram muito objetivos. Estavam em final de mandato, mas o mandato ainda não tinha terminado, contudo, os totais, por freguesia, eram os seguintes: 840 724,36 euros, para a Freguesia de Atouguia da Baleia; 349 627,84 euros para a Freguesia de Ferrel; 574 138, 65 euros para a Freguesia de Peniche; e 231 712,63 euros a Freguesia da Serra d'El-Rei. Ou seja, o total arredondado era de cerca de dois milhões de euros, mas, como já tinha referido, aqueles valores ainda não eram o total, porque ainda se teria de contabilizar os meses de setembro e de outubro, até terminar o mandato.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

A informação prestada pela presidência da Câmara Municipal vinha confirmar algumas das suas suspeitas, apenas algumas, porque havia aspetos que não tinham sido referidos. Uma delas tinha sido clarificada pelo senhor Vice-Presidente da Câmara numa das suas anteriores intervenções, seria melhor verem qual era o património do Município e qual era o património das freguesias para chegarem a uma conclusão. Seria uma atitude séria;

Ninguém sabia as regras, porque a Câmara Municipal fazia as suas próprias regras e as juntas de freguesia nem as chegavam a conhecer, mas não valia a pena estarem a fazer aquela discussão naquele momento;

Ele pretendia ter acesso aos dados na sua globalidade, já tinha uma parte deles e no mandato seguinte teria acesso aos restantes. A informação tinha alguns dados que eram demonstrativos de situações que ele não conseguia compreender, mas não se iria debruçar sobre eles naquele momento e não valia a pena pedir uma reunião à Câmara Municipal para discutirem o assunto;

A Junta de Freguesia de Peniche tinha solicitado aqueles dados havia muito tempo, desde finais do ano de 2014. Tinha começado a ter algumas dúvidas na interpretação dos contratos e pretendia ser esclarecido para os tentar adaptar às realidades, porque o objetivo dos relatórios era nesse sentido;

Era seu entendimento que um dos contratos tinha dinheiro a mais e outros contratos tinham dinheiro a menos. Era tão simples quanto isso. As coisas deviam ter

objetividade;

A Freguesia de Peniche tinha a fama de levar o dinheiro referido pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, mas, como não se analisava tudo, desde as transferências financeiras, aos contratos interadministrativos e às obras, nomeadamente as do Bairro Fernão de Magalhães, onde o dinheiro recebido pela Freguesia de Peniche não tinha sido suficiente para cobrir as despesas que esta tinha suportado. O Bairro Fernão de Magalhães era propriedade do Município de Peniche, mas a Freguesia de Peniche é que tinha estado a pagar as obras, o que não era justo;

Naquele momento, não havia nada a fazer. Tinha sido uma aprendizagem e tentariam corrigir algumas situações, para que as coisas fossem mais equilibradas no futuro, para que fosse melhor para todos.

Ademar Marques (PSD):

Disse que estava inteiramente de acordo com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, aquele era um dos assuntos que precisava de ser melhorado, o que o Partido Social Democrata tinha defendido desde o primeiro momento, ou seja, desde a aprovação dos contratos. Os contratos deveriam ter sido revistos um ano após a sua aprovação. Por isso, o Partido Social Democrata tinha-se abstido na votação, porque entendia, desde o princípio, que os contratos não estavam bem-feitos. Infelizmente, a Câmara Municipal nunca tinha querido rever os contratos. Olhando para os valores que constavam da informação da presidência da Câmara Municipal, e sem fazer uma análise detalhada de todos eles, porque era muito difícil fazê-la, até porque havia coisas que não eram referidas na informação, nomeadamente sobre o património do Município, entendia que, face ao seu conhecimento sobre as competências de cada uma das juntas de freguesia do concelho, não eram valores justos. Poderiam dizer que a Freguesia de Atouguia da Baleia recebia mais do que as outras freguesias, mas a Freguesia de Atouguia da Baleia administrava dois terços do território do Município de Peniche. A partir do momento em que existiam dados, a atribuição de valores deveria ser feita em função desses dados e não em função do que se fazia anteriormente.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino (CDU):

Disse que, no fundo, era aproveitar os contratos e readaptá-los. Aceitava, plenamente, que a Freguesia de Atouguia da Baleia tinha um certo contexto de trabalho, com outras exigências, tinha consciência desse facto. Naquele momento, a Câmara Municipal tinha a obrigação de melhorar, seriamente, o seu apoio à intervenção da Junta de Freguesia, porque só tinha a beneficiar com isso. Não conhecia o corpo de trabalhadores operários da Freguesia de Atouguia da Baleia nem o seu parque de máquinas, mas já tinha solicitado ao senhor Rui Costa Santos que, se ele fosse eleito presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, gostaria de ir com ele para ver e para fazer a avaliação. Julgava que todos deveriam fazer isso, conhecer as realidades para saberem o que estavam a decidir, saberem quais deveriam ser as prioridades. Deveriam conhecer todo o concelho, assim como os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata deveriam conhecer o que tinha a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, porque seria uma ajuda, mas nunca se tinham interessado. Não era só elencar necessidades e fazer exigências, era conhecer o que cada um tinha, para saberem como se poderiam ajudar uns aos outros. Quem quisesse ficar de fora e ter outro

comportamento, que ficasse de fora, paciência.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que achava que tinha sido colocada uma questão que fazia todo o sentido, aquela era a primeira experiência com aquele tipo de contratos. A avaliação deveria ser objetiva sobre como tinha funcionado durante quatro anos, mas gostava de ressalvar que aqueles valores refletiam a decisão tomada pela Assembleia Municipal, porque os contratos que estavam em vigor tinham sido aprovados pela Assembleia Municipal.

Ademar Marques (PSD):

Disse que os contratos, de facto, tinham sido aprovados pela Assembleia Municipal, mas com a abstenção do Partido Social Democrata e com a defesa, desde o primeiro momento, de que estavam errados e que deveriam ser revistos ao fim de um ano.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Leu o artigo 8.º dos Contratos de Execução de Competências Delegadas, referente à avaliação e execução dos mesmos: "*A Câmara Municipal elaborará, anualmente, um relatório global do cumprimento do presente contrato de execução de competências delegadas*". Disse que a Assembleia Municipal tinha aprovado que, todos os anos, a Câmara Municipal elaborasse um relatório.

10) APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE CAMPISMO OCASIONAL E CARAVANISMO NO MUNICÍPIO DE PENICHE:

A Assembleia Municipal de Peniche tomou conhecimento e apreciou a informação sobre a implementação do Regulamento Municipal para Licenciamento das Atividades de Campismo Ocasional e Caravanismo no Município de Peniche, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que, para além do que estava na informação, a Câmara Municipal tinha prevista uma intervenção, que seria realizada nos dias seguintes, para a zona junto ao fosso da muralha, no sentido de restringir, ainda mais, o número de autocaravanas aparcadas naquele local. Era um projeto que tinha sido aprovado pela Câmara Municipal, no início do mês de agosto, e que iria ser executado, dado que os materiais já tinham chegado. Tinha sido tomado um conjunto de medidas, ao longo dos últimos anos, para um problema que cada vez era mais crescente, porque cada vez existia um número maior de autocaravanas em Peniche. O número de coimas aplicadas pelas forças de segurança também estava na informação, julgava que tinham sido quarenta e uma, que era esse o número exato. Na zona rural, havia uma intervenção significativa por parte das forças de segurança.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que pensava que o projeto referido pelo senhor Vice-Presidente da Câmara era um que estava referido na informação, que era o novo projeto para retirar autocaravanas dos espaços junto ao fosso da muralha, em Peniche. Solicitou ao senhor Vice-Presidente da Câmara que desse uma perspetiva de calendário de execução dos trabalhos sobre aquele projeto e sobre o espaço para autocaravanas a executar no Casal Moinho.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Respondendo à senhora Presidente da Mesa, disse que, como a senhora Presidente da Mesa e restantes membros da Assembleia Municipal sabiam, o Município tinha de entregar as escolas e os jardins de infância em condições para o funcionamento das aulas, que teriam início nos dias 12 e 13 de setembro. Imediatamente após as obras de conservação e manutenção das escolas, os serviços do Município iriam fazer a intervenção junto ao fosso da muralha, em Peniche. O projeto para o Casal Moinho estava feito e já tinha sido apreciado pela Câmara Municipal, no entanto, teria de ser incluído num próximo orçamento municipal, dado que teria um custo estimado de cerca de duzentos e vinte e dois mil euros.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino (CDU):

Perguntou se estava avaliado o impacto da construção e o impacto das receitas do parque do Casal Moinho.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que, respondendo objetivamente, não havia uma avaliação dos impactos do parque do Casal Moinho. Era muito difícil fazer aquela previsão, se partissem do princípio que todas as pessoas que aparcavam na Consolação iriam para aquele espaço, não teria qualquer problema em dizer que seria sustentável, mas não tinham essa certeza. O que poderia dizer era que a solução do serviço que seria prestado, a concretizar-se aquele projeto, poderia resolver o problema da Consolação, dizendo aos autocaravanistas: "*Vocês não podem ficar aqui, mas têm uma alternativa ali.*" Tinha sido aquela a razão do desenvolvimento do projeto.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que queria dar uma nota adicional. O senhor Vítor Mamede tinha feito uma comparação, relativamente ao que existia havia uns anos e o que existia àquela data. De facto, anos antes, já existiam autocaravanas, mas, entretanto, existiam mais, muitas mais. Não estava a fazer comparação, estava a dizer que havia uma realidade que era mais intensa e, também por força dessa intensidade, por força também das intervenções, quer do ponto de vista comunitário quer do ponto de vista político, tinha sido introduzido, sucessivamente, um conjunto de medidas, nomeadamente no parque de estacionamento central da cidade de Peniche. Acreditava que, qualitativamente, havia uma evolução. Havia, também, uma oferta privada. Na semana seguinte iria, provavelmente, ser licenciada a utilização de um parque de campismo em Ferrel, promovido pela empresa ITL - Investimentos Turísticos, L.^{da}, com capacidade para trinta autocaravanas.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Não tencionava intervir, mas como a discussão tinha evoluído com tantos pormenores, achava que tinha de dizer que o assunto estava na ordem do dia porque tinha havido um dos proprietários de um dos parques privados que tinha escrito ao senhor Vice-Presidente da Câmara e, depois, escreveu à senhora Presidente da Assembleia Municipal, queixando-se da ausência de resposta do senhor Vice-Presidente da Câmara. Infelizmente, não tinha presente o texto, mas, basicamente, dizia o seguinte: "*Há um regulamento que impedia o estacionamento de autocaravanas fora dos parques. Eu fiz um investimento em função desse regulamento. Esse regulamento não é aplicado e eu tenho o parque vazio.*" Aquela era a realidade;

De facto, existiam muitas autocaravanas, nos anteriores dez anos, mas, sobretudo, nos anteriores cinco ou seis anos é que se foram multiplicando. Outros concelhos tinham resolvido o assunto proibindo. O Município de Peniche tinha feito o mesmo, tinha proibido, mas, simplesmente, não tinha aplicado o regulamento;

O Regulamento não tinha sido aplicado com um primeiro argumento de que não havia informação. No ano de 2016, tinha sido elaborado um folheto informativo, tendo, na ocasião, felicitado o senhor Presidente da Câmara pela iniciativa, mas, também o tinha alertado de que não seria suficiente, porque não iria resolver o problema. E não tinha resolvido;

Tinha a certeza de que era um problema fácil de se resolver e tinha muita pena e fazia-lhe imensa confusão que Peniche tivesse praias com muralhas de autocaravanas à frente dos melhores sítios, o que ficava feio, não orgulhava a ninguém e poderia ter sido resolvido pelo senhor Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que:

Eram conhecidas as condições em que o Regulamento tinha sido feito, mas ainda havia muito a fazer no domínio da fiscalização e da intervenção das autoridades;

Relativamente à pertinente questão do senhor Ademar Marques, a informação que tinha sido prestada à Assembleia Municipal deveria ser enviada para a empresa ASA Peniche - Motorhome Park, se bem que, ao longo do tempo, tinha havido sempre contactos entre a presidência da Câmara Municipal e a empresa;

A intervenção do senhor Ademar Marques tinha-lhe suscitado que as empresas tinham, e seguramente aquela também teria, estratégias de comunicação e de divulgação, dirigidas aos segmentos de procura, pelo que não poderiam ser transferidas para o Município as responsabilidades;

Não conhecia a conta de exploração da empresa nem conhecia, como era evidente, as atividades que a mesma desenvolvia do ponto de vista da sua promoção;

Declinava qualquer tipo de responsabilidade.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que o que estava em causa não era uma questão de comunicação da empresa, não era o que estavam a avaliar. A comunicação poderia ser melhor e poderia ser mais ou menos agressiva, mas não era isso que estava em causa, o que estava em causa

era que havia um Regulamento e uma empresa que dizia que o mesmo não estava a ser aplicado, o que também era a opinião de muitas das intervenções que tinham assistido nas sessões da Assembleia Municipal.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que apenas queria esclarecer o senhor Ademar Marques de que se tinha reunido com o empresário e se tinha deslocado às instalações da empresa, tendo sido conversadas todas as questões relativas às placas informativas e outros aspetos que lhe tinham sido colocados relativamente às autocaravanas.

Disse, ainda, que uma coisa era verdade, o senhor Ademar Marques tinha dito que a Câmara Municipal tinha tomado poucas medidas, mas devia lembrar que, desde o Porto de Areia Norte até Peniche de Cima, tinham sido tomadas medidas e havia quem não gostasse. Havia pessoas que não gostavam dos sinais que tinham sido colocados, achavam que era um exagero, que não deveriam lá estar, mas aqueles sinais estavam a funcionar bem. Por exemplo, em 2017, tinham sido colocados sinais na praia de Supertubos, porque a praia dos Supertubos estava a ser um alvo preferido das pessoas que usavam aquele tipo de viaturas, porque, cada vez que a Câmara Municipal tomava algumas medidas, teria de tomar outras.

Vítor Mamede (PS):

Disse que se lembrava, perfeitamente, que, aquando da apreciação do projeto de regulamento, tinham chamado a atenção para o facto de se ir aplicar o Regulamento e não haver condições para encaminhar as pessoas, não haver locais para o aparcamento das autocaravanas, o que estava a acontecer naquele momento. Com certeza, já tinham reparado que não era só junto às praias, as pessoas não estavam só a dormir junto às praias, estavam a dormir em toda a costa, até em zonas de falésia, as pessoas já estavam a pernoitar onde anteriormente não pernoitavam, de facto, era muito agradável estar junto à costa. Na ocasião, tinham discutido a situação da zona do fosso da muralha, em Peniche, tendo sido dito que um dos objetivos da entrada em vigor do Regulamento era acelerar a saída das autocaravanas daquele local, mas continuam a estacionar lá. Parecia-lhe que iria ser, entretanto, resolvido aquele problema, a um mês do final do mandato. Receava que, se nada fosse feito, as autocaravanas saíssem dali e fossem reforçar o contingente na falésia. Se calhar, era isso que iria acontecer, e ir-se-iam agravar outros problemas. Achava que deveriam ser tomadas medidas, em simultâneo, para estancar aquele problema, que era grave e todos sabiam o que poderia acontecer com a quantidade de autocaravanas a fazerem pressão sobre a costa.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino (CDU):

Disse que:

No fundo, o senhor Vítor Mamede tinha colocado o dedo na ferida, porque ele próprio tinha tido aquela argumentação. Aquando da elaboração do Regulamento tinha sido sempre apologista de se arranjar uma alternativa, se era isso que queriam, ou então iriam pela opção do senhor Ademar Marques, que parecia que queria proibir o estacionamento de todas as autocaravanas, a não ser nos parques privados ou públicos;

Desejava que aquela empresa tivesse sucesso, mas, quando viu onde iam instalar

o parque, suspeitou, porque aquilo não era muito agradável, porque estava numa cova, devia ser quente, não era perto do mar, dificilmente, na sua opinião, aquilo iria ter grandes resultados, mas desejava estar enganado;

Também não tinha concordado, e até tinha alertado o senhor Vice-Presidente, quando, em determinada altura, este tinha pensado que, com aquela estratégia, iria levar as autocaravanas para o Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche e o Município iria ter mais receita. Compreendia e até aceitava a perspetiva de se aumentar a receita Municipal, mas as pessoas não querem, até porque o Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche não tinha as condições desejáveis;

Agradava-lhe mais a ideia de se fazer um esforço no sentido de arranjar uma solução, na altura tinha falado numa ou noutra. Se o porto de pesca viesse para a responsabilidade municipal, poderia ser uma opção. Tinham de discutir todos os assuntos, tinham de arranjar uma alternativa, porque, sem arranjar uma alternativa, seria sempre um foco de conflito permanente, que já existia e a pior coisa que se podia fazer era ignorá-lo;

Se houver duas soluções em cima da mesa, a maioria que vença. Não lhe parecia de bom-tom querer, de um momento para o outro, afastar as autocaravanas de Peniche. Não concordava com o que se passava na Consolação, aliás, já se deveriam ter tomado medidas drásticas, naquele sítio já não deveria haver autocaravanas há muito tempo;

Admitia que, num ou noutro local, pudesse haver parques de estacionamento preparados para autocaravanas, para usufruto das paisagens, mas não para pernoitar.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, em relação ao que o senhor Vice-Presidente tinha dito, sobre as suas deslocações às instalações da empresa, o e-mail era de 11 de julho e descrevia uma atividade de total passividade e de falta de resposta por partes dos senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal. Era o e-mail, que estava na documentação, que o dizia e referia, ainda, a falta de resposta aos vários e-mails. Em relação ao facto de o parque da empresa ser um bom ou mau investimento, era ao empresário que competia avaliar. A verdade era que o parque já tinha estado cheio, quando estavam muitos autocaravanistas em Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Henrique Bertino (CDU):

Perguntou se os autocaravanistas se mantinham no parque.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Os autocaravanistas não se mantinham porque podiam estacionar, com a permissividade das autoridades, fora dos parques, ao arrepio do Regulamento que tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal de Peniche, julgava que por unanimidade, não tinha a certeza. O Regulamento proibia a pernoita fora dos parques e, na altura, era verdade, o Partido Social Democrata tinha-o dito, e o senhor Vítor Mamede também o disse e era totalmente verdade, o Regulamento deveria ter sido aprovado já com as alternativas preparadas, de maneira a que pudesse ser implementado;

Discordava do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peniche em relação àquele assunto, achava que deveria ser, totalmente, proibida a pernoita fora dos parques,

porque era assim nos outros concelhos e funcionava e era assim que o Regulamento do Município de Peniche previa e deveria funcionar;

Pernoitar era diferente de estacionar, obviamente que as autocaravanas podiam estacionar. Era necessário e urgente, e tinham-no dito desde o princípio, que surgissem alternativas privadas, que tinham surgido, e que surgisse a alternativa pretendida para o Casal Moinho, que não tinha surgido, e que a Câmara Municipal, num dos terrenos que tinha disponíveis, criasse uma nova alternativa e que se aplicasse o Regulamento em todo o concelho;

Não deveria haver pernoita fora dos parques, mas, durante o dia, se pretendessem ir ver as paisagens não haveria problema. Aquele deveria ser o caminho a seguir para benefício da paisagem do concelho de Peniche;

A colocação de pórticos levará os autocaravanistas a deslocarem-se para as arribas da marginal Norte, os que gostarem de vento, ou para a marginal Sul, os que não gostarem de vento, mas têm de ter umas vistas bestiais;

No Baleal, havia autocaravanas estacionadas durante dias a fio, todas as noites no mesmo sítio, e ninguém fazia nada, o que achava incompreensível, porque era desvalorizador do território e competia, de acordo com o Regulamento municipal, se não estava em erro, tanto às autoridades policiais como à Câmara Municipal.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que:

Começando pelo Baleal, não era integralmente verdade o que o senhor Ademar Marques tinha dito, e iria dar como um exemplo concreto a zona do Lagido. Era uma das zonas que consideravam mais graves, e a Câmara Municipal tinha feito uma intervenção, colocando obstáculos. Um dos primeiros a ser autuado, julgava que tinha sido um surfista muito conhecido que acompanhava o senhor Presidente da Câmara;

A Câmara Municipal também tinha colocado obstáculos no parque de estacionamento central da cidade de Peniche;

Aquele tipo de viaturas podia estacionar, não podia era pernoitar, então, se não podiam pernoitar, como é que as forças de segurança na zona rural estavam a intervir e na cidade de Peniche estava tudo de braços cruzados;

O que estava a dizer era que havia forças de segurança que estavam a intervir, e bem, estavam a ajudar a resolver um problema, com a sua atuação, enquanto que outras não o faziam. Nas arribas, por exemplo, estacionavam autocaravanas, quando nenhuma autocaravana poderia estar numa arriba, desde logo, por razões de segurança, por outro lado, porque era proibido, porque havia uma distância, como o senhor Ademar Marques sabia, em que as viaturas nem sequer podiam lá estar e as forças de segurança tinham que intervir;

A Câmara Municipal, relativamente à alternativa, tinha criado todas as condições no Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche. Tinha criado cinco estações de lavagem e para despejos, o que tinha sido importante, porque havia, de facto, um aumento do número de autocaravanas a frequentar o Parque;

O problema era outro, quando se comparava Peniche com a Nazaré tinham que ver que, na Nazaré, estava tudo muito concentrado na zona de praia, ou então iam para o Sítio, mas, no Sítio havia muito pouco espaço. Em Peniche havia uma área muito grande

e os autocaravanistas acabavam por estacionar um pouco por todo o lado e, se não houvesse intervenção das forças de segurança muito mais.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que a Assembleia Municipal não estava a fazer a revisão do Regulamento, haveria de ser feita, mas estava a analisar a sua implementação.

Ademar Marques (PSD):

Disse que o que o senhor Vice-Presidente da Câmara tinha dito era, uma vez mais, escamotear o problema. A Câmara Municipal tinha colocado obstáculos no Lagido, e as autocaravanas tinham saído de dentro dos obstáculos, mas estavam a um metro ao lado, fora daquele estacionamento, ou seja, em vez de estarem naquela ponta, tinham passado a estar no resto do estacionamento e na ilha, ao longo do pouco estacionamento que havia na ilha, o que impedia a passagem em alguns sítios, e estacionavam ao lado da capela de Santo Estêvão, de uma forma inaceitável. O senhor Vice-Presidente dir-lhe-ia que a Guarda Nacional Republicana não atuava ali e a Polícia de Segurança Pública não atuava em Peniche, mas a Câmara Municipal também não fazia o seu trabalho de ir aos locais e autuar, porque também o podia fazer, como previa o Regulamento.

Portanto, aquilo que não foi feito, que era o essencial e que o Partido Social Democrata tinha dito nas sessões da Assembleia Municipal, era a colocação de informação acessível à entrada do concelho, para todos os autocaravanistas, o que resolveria o problema, assim como uma atividade maior, mas, com informação disponível, seria uma atividade legítima, resolveria o problema e dispensaria muitos dos sinais que se tinham colocado.

11) APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO REGULAMENTO DA VENDA AMBULANTE DO MUNICÍPIO DE PENICHE:

A Assembleia Municipal de Peniche tomou conhecimento da informação sobre a implementação do Regulamento da Venda Ambulante do Município de Peniche.

12) PONTO DE SITUAÇÃO SOBRE A RECUPERAÇÃO DA FORTALEZA DE PENICHE E OS SEUS USOS FUTUROS:

A Assembleia Municipal de Peniche tomou conhecimento do ponto de situação sobre a recuperação da Fortaleza de Peniche e os seus usos futuros, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Deu conhecimento do ponto de situação do processo de recuperação da Fortaleza de Peniche, nomeadamente da publicação em Diário da República da Portaria n.º 260/2017, de 7 de setembro, do Ministério das Finanças e do Ministério da Cultura, que afetava à Direção-Geral do Património Cultural, a partir do dia 8 de setembro de 2017, o imóvel do Estado constituído por um conjunto de edifícios designado por Fortaleza de Peniche.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Agradeceu os esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara.

Colocou as seguintes questões:

Com a publicação da Portaria n.º 260/2017, de 7 de setembro, a Direção-Geral do Património Cultural tomaria posse da Fortaleza de Peniche no dia seguinte?

O que iria acontecer com o espólio municipal que se encontrava depositado na Fortaleza de Peniche? Ou seja, o que iria ser feito e quais os calendários previstos para as ações que eram necessárias?

Tinha sido apresentada, em reunião da Câmara Municipal, alguma proposta de protocolo?

Porque razão não existia, ainda, um protocolo assinado?

Se a proposta de protocolo não tinha sido apresentada, para quando se previa que viesse a ser apresentada?

Estava previsto algum calendário para a avaliação do protocolo que viesse a ser celebrado entre o Município de Peniche e a Direção-Geral do Património Cultural?

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que:

Tinha informado a Câmara Municipal de que estava a tentar obter uma reunião com a senhora Diretora-Geral do Património Cultural, tendo tido essa reunião no dia anterior, também com o Chefe de Gabinete do senhor Ministro da Cultura, onde tinham estado a ver a questão da portaria, que tinha sido objeto de despacho, a 10 de agosto de 2017, e tinham iniciado, com a Direção-Geral do Património Cultural, a elaboração da minuta para assinatura do protocolo;

A minuta do protocolo ainda não estava fechada, porque tinham entendido que deveria ser mais explicita e era isso que estavam a trabalhar;

Seria uma intervenção alargada, que pressuporia a retirada do espólio, em determinados setores, para a intervenção de requalificação e seria um trabalho que teria o acompanhamento da Câmara Municipal;

Na segunda-feira seguinte, iriam técnicos à Fortaleza de Peniche para analisarem os Blocos A e B, para uma avaliação ainda mais profunda, para a elaboração dos cadernos de encargos, por causa da questão das medições e orçamentos;

O Município teria de encontrar um espaço, para arrendar, para albergar o espólio que viesse a ser retirado, temporariamente, da Fortaleza de Peniche. Estavam a identificar locais para o poder fazer. Era um trabalho que estava a ser desenvolvido e seria, também, partilhado em sede de Câmara Municipal;

Correspondendo à questão que a senhora Presidente da Assembleia Municipal tinha colocado, naquele momento, não tinha um prazo previsto para a celebração do protocolo;

Iria dando informação, em sede de Câmara Municipal, onde estavam também representadas as forças políticas, sendo que, aquilo que se pretendia era que a intervenção ao nível da Fortaleza de Peniche contemplasse o máximo de intervenções, de modo a que os espaços que viessem a ser utilizados pelo Município de Peniche pudessem ser reabilitados no quadro da candidatura;

Estavam a acompanhar o processo, através do senhor Rui Venâncio, técnico superior do Município na área da arqueologia, e dele próprio, que depois passaria a pasta

a quem ficasse com as funções de presidente de câmara, e existiria uma continuidade que seria assegurada através dos serviços do Município.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, tendo em conta que de acordo com os relatórios da Direção-Geral do Património e dos Monumentos Nacionais, ou antigos Monumentos Nacionais, desde 1995 que não era efetuada nenhuma intervenção nos panos de muralhas exteriores, portanto, os que estavam sujeitos à degradação pelo mar, intervenções que tinham sido efetuadas, até 1995, de uma forma regular, de acordo com o relatório, bastava ver, todos os anos, praticamente, havia alguma intervenção para reparar os panos de muralhas exteriores. Perguntava ao senhor Presidente da Câmara Municipal se já tinham ido técnicos a Peniche, para avaliar, com rigor, o que é que era preciso fazer nos panos de muralhas exteriores, porque, esses sim, pareciam-lhe preocupantes, em alguns sítios, mesmo do lado interior, onde a ação do mar não era tão agreste, pelo que imaginava o que seria do lado sul.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que não tinha conhecimento de que já tivesse sido feita a avaliação pelo lado do mar. Existia um plano faseado de intervenção para a recuperação patrimonial da Fortaleza de Peniche e da sua muralha abaluartada e toda a relação com a Direção-Geral do Património Cultural teria em conta esse aspeto.

Ademar Marques (PSD):

Disse que tinha efetuado a pergunta para ficar mais esclarecido, uma vez que o senhor Presidente da Câmara tinha dito que, em relação aos Blocos A e B, haveria uma visita técnica na segunda-feira seguinte.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que, quando tinha sido feita a avaliação inicial, que tinha dado cerca de cinco milhões, também confirmado por outra avaliação, só o que não estava incluído era a parte que estava mais exposta ao mar, e a Direção-Geral do Património Cultural tinha ficado de fazer essa avaliação, pelo que, no quadro das relações institucionais, o número 2 da resolução do Conselho de Ministros, que resultava da Lei do Orçamento do Estado, estaria sempre presente.

Ademar Marques (PSD):

Disse que a preocupação do Partido Social Democrata, em relação àquele processo, desde o início, como o senhor Presidente da Câmara sabia e, por isso, não iria desfiar tudo o que já tinha sido dito nas sessões anteriores da Assembleia Municipal, era que todo o conjunto fosse salvaguardado. De pouco serviria ter um Museu Nacional instalado na Fortaleza de Peniche se, um dia, ruísse uma das suas muralhas que estavam virada ao mar. Era essa a preocupação do Partido Social Democrata. Se se tinha tomado a opção de se salvaguardar, então que se salvaguardassem os antigos blocos prisionais, mas que não se deixassem cair as muralhas que estavam viradas ao mar e que nem sequer tinham sido, aparentemente, ainda alvo de avaliação, tendo em conta que havia vinte e dois anos que não eram objeto de intervenção e poderiam estar num estado que não se

conhecia e, como tinha acontecido no Forte de Nossa Senhora da Consolação, poderia ruir em parte.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que o que tinha sido publicado naquele dia no Diário da República era de uma importância extrema. Até àquela data, estavam quase em terra de ninguém, o monumento estava afeto às Finanças e, a partir daquela data, ficaria afeto à Direção-Geral do Património Cultural, o que, comparando com a situação anterior, era a noite e o dia. Felicitava, mais uma vez, o Governo pela coragem e pela determinação que tinha tido. Tinha passado a existir um interlocutor que, até àquela data, não existia, o que, em sua opinião, deveria ser relevado.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, com a sua intervenção anterior, tinha sido o senhor Presidente da Câmara a partir para o combate político, o que achava bem, ficava-lhe bem na sua última sessão da Assembleia Municipal como presidente da Câmara Municipal, mas, uma vez mais, o que estava em causa era a capacidade de reabilitar tudo com três milhões e meio de euros, que não chegariam para tudo, todos tinham de assumir isso, não chegariam para reabilitar todo o pano da muralha e fazer o Museu Nacional, bastava fazer as contas. O senhor Presidente da Câmara, anteriormente, já tinha um interlocutor, que era a Direção-Geral do Tesouro e, por ser monumento nacional, a Direção-Geral do Património Cultural, portanto, tinha vários interlocutores, e o senhor Presidente da Câmara tinha assumido, várias vezes, que não queria fazer obras, porque era a essas entidades que competia fazer as obras. Ele próprio tinha discordado sempre dessa opção do senhor Presidente da Câmara e tinha-o dito muito claramente. Havia pouco tempo, quando tinham falado do Forte de Nossa Senhora da Consolação, tinha dito ao senhor Presidente da Câmara que já deveria ter tomado essas opções relativamente a outro património. Continuava a achar que estavam a ser dados passos positivos, por o Estado disponibilizar dinheiro para uma coisa que não era mexida havia vinte e dois anos, era obviamente positivo, mas devia haver a noção de que deveria haver uma prioridade, e essa prioridade era evitar que os panos da muralha caíssem.

Presidente da Câmara Municipal, António José Correia (CDU):

Disse que nada do que o senhor Ademar Marques estava a dizer apagava a importância daquela decisão do Governo que estava em funções e, para não desvalorizar, porque o senhor Ademar Marques poderia estar a querer, não de forma voluntária, e admitia que não fosse de forma voluntária, com as suas preocupações sistemáticas, que eles também as tinham, já o tinham dito, não havia mais preocupação da parte do senhor Ademar Marques do que da sua própria parte, mas, o documento que tinha saído naquele dia era um grande documento, disso não havia dúvida nenhuma, a partir daquele dia existia um interlocutor, seguramente.

Presidente da Mesa, Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

A partir daquela data estavam prontos a discutir, também em Peniche, os usos futuros da Fortaleza de Peniche, o que era muito importante para a vida em comunidade.

Finalmente havia um interlocutor, o que era, com certeza, importante;

Era a última sessão da Assembleia Municipal naquele mandato autárquico, pelo que muito agradecia a presença de todos, membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal;

Agradecia a todos a forma cordial como tinham corrido os trabalhos da Assembleia Municipal ao longo do mandato, em todas as sessões, tinha sido muito importante que isso tivesse acontecido, porque o respeito entre todos tinha permitido que se discutissem a fundo muitos assuntos, de muito interesse para o Município;

Agradecia muito ao Primeiro-Secretário da Mesa, senhor Américo Gonçalves, e ao Segundo-Secretário da Mesa, senhor Paulo Rodrigues, porque tinha sido muito bom estar com eles e tinha sido um orgulho pessoal estar com todos nas sessões da Assembleia Municipal. Tinha sido uma honra ter trabalhado com aquele grupo tão bom;

Agradecia, mais uma vez aos funcionários do Município. Já tinha sido aprovado um voto de louvor, que tinha um lapso, porque havia um nome que não tinha sido mencionado que era o senhor Nuno Louzeiro, o que seria corrigido na sua transcrição para a ata. Queria deixar claro que aquele voto de louvor, nomeando algumas pessoas, se estendia a todos os funcionários que sempre tinham apoiado os trabalhos da Assembleia Municipal.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 38/2017: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo duas horas e quinze minutos do dia oito de setembro, a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria João Avelar, declarou encerrada a sessão ordinária de setembro de dois mil e dezassete da Assembleia Municipal de Peniche, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino, em vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(*assinado no original*)

_____

A Diretora de Departamento,

(*assinado no original*)

_____